

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 30 | Nº 01 | JANEIRO 2010 | R\$ 15,00



AGROANALYSIS
30 ANOS



COP-15: Fracasso!

NEM TODOS TIVERAM A POSTURA DO BRASIL

Sustentabilidade Entenda os mecanismos
para compensar a emissão de CO₂

O agronegócio é o seguinte

Agroanalysis 30 anos e o contexto da COP-15

A 15ª Conferência das Partes (COP-15), da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca, que tratou o aumento da temperatura do planeta, conseguiu a maior mobilização de líderes globais dos últimos tempos. Daí, a grande expectativa no ar em torno dos resultados a serem obtidos no evento. Foram duas semanas com grandes pronunciamentos, não obstante sempre permanecer a dúvida se os países estabeleceriam ou não metas de cortes nas suas emissões. Não ficava claro quais seriam as fontes de financiamentos para os países em desenvolvimento fazerem as suas adaptações climáticas.

Pelos termos acordados na COP-13, há dois anos, em Bálí, os países em desenvolvimento deveriam adotar medidas mensuráveis, reportáveis e verificáveis (MRVs) para suas ações de combate ao aquecimento global. Em outras palavras, isso significa, basicamente, medir, comunicar e provar que a ação mitigante, como o combate ao desmatamento, por exemplo, no caso brasileiro, ocorreu e evitou a emissão de determinado volume de gases de efeito estufa. Os países emergentes entendem que o procedimento deveria ser adotado apenas no caso de utilizarem recursos financeiros externos para realizar seus compromissos, mas que a MRV não era necessária nas ações domésticas com dinheiro próprio.

O embate entre a China e os Estados Unidos (EUA) travou todo o processo de avanço. Sendo os dois países mais poluidores do mundo, têm um peso considerável nas negociações. Os EUA cobravam transparência total das metas e a China não aceitava monitoramento em nome da segurança nacional. Sem solução, a saída foi preparar a toque de caixa uma declaração no final encontro. Como era de se esperar, diante das muitas posições díspares entre as nações, não houve consenso, e, portanto, o documento, não tem valor legal, de acordo com as regras da ONU.

Ainda é prematuro afirmar que a segunda fase do Protocolo de Quioto, pós-2012, deixará de existir. Porém, o

fato certo é de que o tempo ficou bem mais exíguo. O cronograma traçado no Plano de Bali foi adiado. De qualquer forma, as negociações prosseguirão em 2010. Para alcançar um acordo internacional, e legalmente obrigatório, há que esperar pela COP-16, no México. Até lá, a votação da lei climática no Congresso americano será da maior importância.

Para manter Quioto, com o estabelecimento de novas e mais fortes metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, os países industrializados querem os EUA na quadra, com as mesmas regras. Os EUA, por sua vez, querem a China no jogo, que usa os dados das emissões *per capita* dos americanos, quatro vezes superiores às suas. Se o acordo do clima é um esforço para salvar o planeta, a falta de confiança entre os países revela a predisposição de curto prazo dos governos para garantir os seus interesses e economias.

No contexto da COP, salta outro ponto para indagação sobre o fracasso recorrente dos encontros multilaterais promovidos pelas instituições internacionais. A Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, iniciada em 2001, desde 2004 está completamente travada. A cada dia que passa parece ficar mais difícil encontrar uma solução para resolver seus complexos problemas. Já as metas para eliminação da fome e da pobreza, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a primeira década deste século tornaram-se uma grande frustração: em vez de cair para 850 mil pessoas, a fome aumentou para 1,2 milhão de pessoas. Será que o modelo esgotou-se?

Para terminar, o registro de celebração dos 30 anos de *Agroanalysis*, neste ano de 2010. A revista pode acompanhar uma fase rica de mudança da agricultura brasileira para a eclosão dos complexos agroindustriais. O rol de colaboradores, seja por meio de fornecimento de materiais para a edição como de patrocinadores, é imenso. A todos esses parceiros generosos, o reconhecimento sincero e a gratidão pelo apoio concedido. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Susan Trigg/istockphoto (Capa), Getty Images (pág. 04).

Secretaria e administração: Debora Durazzo

Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220,

Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio F. Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

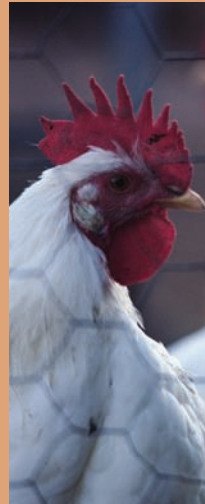
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Pedro de Camargo Neto

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

12 Frases e comentários

Gestão

13 Logística

Sustentabilidade

15 COP-15 - I

18 COP-15 - II

19 COP-15 - III

22 COP-16 no México

23 Sustentabilidade

Especial Abag

26 COP-15 e o agronegócio

Especial OCB

34 Crédito rural

Especial

35 Os caminhos da suinocultura

Especial Andef

46 Defensivos agrícolas

Especial Andav

48 Canal de distribuição

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

COP-15



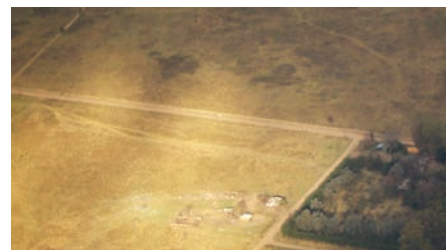
15 O fracasso da Convenção

Especial Abag



26 COP-15 e o agronegócio

Sustentabilidade



23 Mecanismos para compensar a emissão de CO₂

Pedro de Camargo Neto, Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs)

O suíno está pronto para voar

da Redação

A GRIPE suína, depois rebatizada como A (H1N1) e a crise econômica passaram a rasteira na suinocultura em 2009. Por conta mais da crise do que do vírus, produtores e agroindústria fecharam o ano com sérios prejuízos.

“O governo anunciou durante meses milhões de reais que não chegaram até o caixa das empresas. O aperto obrigou ajustes nos estoques afetando a oferta, com consequências nos preços, em particular no suíno vivo do mercado *spot*”, explica Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora da Carne Suína (Abipecs).

Mas daqui para a frente, segundo Camargo Neto, a carne suína brasileira está preparada para ampliar seu mercado no exterior.

“O setor é moderno e extremamente competitivo. A genética é equivalente aos dos principais concorrentes e os índices zootécnicos crescentes em virtude de melhoras no manejo e sanidade dos rebanhos. A rastreabilidade está praticamente implantada, a indústria é eficiente, e nos últimos anos, aumentou a produção basicamente por meio de aumentos de produtividade. O setor começa a crescer no Centro-Oeste seguindo o trajeto dos grãos, implantando unidades avançadas. O que ainda nos segura, além das barreiras sanitárias, é o chamado Custo Brasil, estrutura tributária anacrônica, transporte caótico, o gargalo dos portos.

AGROANALYSIS Em poucos meses, o comércio mundial de suínos sofreu dois grandes traumas: a crise econômica e a

chamada gripe suína, que confundiu o consumidor. Já é possível avaliar os impactos de cada uma destas crises?

PEDRO DE CAMARGO NETO A epidemia da nova gripe, que denominamos A(H1N1), assustou o setor, confundiu o consumidor, e realmente trata-se de importante questão de saúde pública. Não chegou, porém, a afetar o comércio. As exportações até podem ter se beneficiado um pouco. O mercado interno sofreu impactos pontuais na venda de cortes in natura, parte menor do consumo dominado pelos processados de suíno que nada sofreram. Viramos a página na questão comercial, sobrando, porém, importantes reflexos na maior atenção à biossegurança das granjas, fato que acreditamos veio para ficar.

AGROANALYSIS E a crise econômica?

CAMARGO NETO Ela teve reflexos sérios principalmente no primeiro semestre. Afetou as relações no mercado financeiro e fez desaparecer a liquidez nos primeiros meses do ano. O governo anunciou durante meses milhões de reais que não chegaram até o caixa das empresas. O aperto obrigou ajustes nos estoques, afetando a oferta, com consequências nos preços, em particular no suíno vivo do mercado *spot*. Certamente é responsável por importante prejuízo arcado pelos produtores e agroindústria em 2009.

AGROANALYSIS O que o governo e as empresas deveriam fazer para ampliar as exportações brasileiras de carne suína?

CAMARGO NETO O Brasil tem hoje uma participação de cerca de 11 % nos flu-

xos comerciais de carne suína. Dos 5,5 milhões de toneladas transacionados no comércio internacional, o Brasil exporta somente 600 mil toneladas. Analisando os países importadores, verificamos que o Brasil não vende para os principais importadores, e sempre em função de barreira sanitária. Quando o Brasil conseguir derrubar essas barreiras sanitárias, teremos a possibilidade de rapidamente triplicar nossas exportações.

AGROANALYSIS Como derrubar as barreiras?

CAMARGO NETO A carne suína sofre as consequências das restrições por febre aftosa, doença que no Brasil a epidemiologia prova que é dos bovinos, mas é o suíno que mais sofre as consequências. Todos os processos de abertura de novos mercados andam muito devagar. É muito difícil influir nos governos estrangeiros, mas o Brasil certamente poderia fazer muito melhor sua parte. É um processo lento e exige que o outro lado se interesse em negociar. Tem sido fácil utilizar argumento em tese técnico para manter o mercado fechado. O primeiro passo é ter de fato sanidade. A realidade sanitária sendo frágil será muito difícil. O segundo é convencer o outro lado dessa realidade. Exige credibilidade do País e de seu serviço sanitário. O resto é tempo e vontade política. Destacamos que a negociação é entre autoridades sanitárias, em que o setor privado entra com pouca força por estar de fora, embora com muita vontade por ser o grande beneficiado. Autoridades sanitárias em geral são difíceis de lidar. É difícil lidar com a nossa, imagina com a de governos estrangeiros. Ter sanidade dentro de conceitos estabelecidos e consolidados ajuda. Imaginávamos no início que conseguiríamos convencer que, sendo a epidemiologia da febre aftosa diferente nos suínos, que não são vacinados e não têm apresentado focos da doença, conseguiríamos abrir mercados que exigem para bovinos o *status* sem vacinação. Apoiamos o desenvolvimento de estudo de análise na transmissão da doença pelo comércio, mostrando que o risco é irri-

sório. Ficou evidente que seria muito difícil. Felizmente Santa Catarina avançou no conceito tradicional de regionalização sem vacinação.

AGROANALYSIS Mas mesmo para Santa Catarina os mercados não foram abertos.

CAMARGO NETO É verdade. Iniciamos 2009 imaginando que seria o ano da abertura e terminamos somente atingido o objetivo para as Filipinas e o Vietnã. Certamente uma frustração. Imaginávamos que abríamos o mercado da China durante a viagem do presidente Lula a Beijing em maio. O presidente esteve lá, porém a agência sanitária da China parece ter ignorado sua presença. Em janeiro, o embaixador norte-americano em Brasília Clifford Sobel informou verbalmente que a análise de risco realizada pelo Aphis, órgão sanitário do governo, tinha sido positivo. Vamos terminar o ano sem conseguir o próximo passo, que seria a colocação desse estudo em consulta pública em Washington. Mas nem tudo é negativo. A União Europeia realizou missão veterinária em outubro e a Coreia em novembro, com informações preliminares muito positivas.

AGROANALYSIS O setor de carne suína participa da COP-15? Em que medida o setor pode reduzir suas emissões de gases de efeito estufa?

CAMARGO NETO A reunião de Copenhague é um evento político muito importante mas de limitados resultados práticos imediatos. O que precisamos é que cada país, cada setor, cada empresa, cada cidadão realize mudanças no sentido de reduzir os gases de efeito estufa. O setor de suínos tem no processamento de dejetos sua principal obrigação. A tecnologia para isso está aí e já é amplamente divulgada. Grande parte dos investimentos já foi realizada. Existem pequenos produtores que não conseguiram ainda realizar os investimentos. É uma questão de capacidade de investir nos anos de crise. Lembro que nossa associada Sadia teve seu projeto aprovado pelo órgão da ONU como desenvolvimento limpo.



“ Quando o Brasil conseguir derrubar essas barreiras sanitárias, teremos a possibilidade de rapidamente triplicar nossas exportações ”

AGROANALYSIS Negociação comercial exige habilidade política e conhecimento técnico. Há gente capacitada no Itamaraty e no MAPA para abrir novos mercados para o agronegócio brasileiro?

CAMARGO NETO Vamos por partes: no Itamaraty falta prioridade política para a agricultura, embora o setor tenha sido incorporado no discurso da diplomacia. Falta entrar na prática. Sinto que a pujança da agricultura foi usada para outras prioridades. Foi a agricultura que deu músculos à diplomacia. A única mesa do tipo G4, em que o Brasil sentou-se com a União Europeia, os EUA e a Índia é uma de negociação agrícola. O G20, grande sucesso da reunião da OMC em Cancun, era um grupo em torno do denominador

comum dos subsídios à exportação. Os contenciosos agrícolas ofereceram um destaque para o Itamaraty. Infelizmente se esquecem da base, da origem da força, devem pensar que é competência deles. No Ministério da Agricultura existem profissionais competentes, mas em número reduzido considerando o espaço que o Brasil ocupa atualmente. O setor privado cresceu muito. Nossos produtores e nossas empresas estão entre os melhores do mundo. Tem faltado também gestão competente dos limitados recursos existentes.

AGROANALYSIS Quais são as vantagens da carne suína brasileira em relação às concorrentes? Preço mais baixo?

CAMARGO NETO O setor é moderno e apresenta as vantagens usuais do Brasil, começando pelo acesso aos grãos, milho e soja, extremamente competitivos. A genética é equivalente à dos principais concorrentes e os índices zootécnicos crescentes em virtude de melhoras no manejo e sanidade dos rebanhos. A rastreabilidade do setor está praticamente implantada, pois a maior parte da produção trabalha dentro do sistema de integração que permite coordenação e controle da produção com grande facilidade. A indústria é extremamente eficiente. Nos últimos anos, aumentamos a produção basicamente por meio de aumentos de produtividade. O setor começa a crescer no Centro-Oeste seguindo o trajeto dos grãos, implantando unidades conceitualmente avançadas. O que ainda nos segura, além das barreiras sanitárias, é o chamado Custo Brasil, estrutura tributária anacrônica, transporte caótico, o gargalo dos portos.

AGROANALYSIS Vamos falar um pouco sobre tendências de consumo de carnes. Nos mercados mais sofisticados, a busca por uma alimentação saudável deve favorecer as carnes de frango e de suínos, em detrimento da carne vermelha. De outro lado, a preocupação com o bem-estar animal é um fator negativo para as criações intensivas. Agora, nos países populosos, como a China e a Índia, o que vale mesmo é o preço, não é?

CAMARGO NETO Refizemos pela terceira vez em dez anos um estudo de mercado. Confirmou-se o resultado anterior em que a carne suína é avaliada como a mais saborosa, porém com dois preconceitos: a questão da gordura - o colesterol - e a higiene - ainda a cisticercose. Esta última reduziu-se significativamente e, portanto, ignoramos, pois mais um pouco de tempo desaparece. Quanto à questão de ser ou não gordurosa temos enfrentado com formadores de opinião, a classe médica. Já é o quarto ano que temos participado de congressos de cardiologia e nutrição, com pequenos eventos. Uma palestra com informações técnicas, o patrocínio de um coquetel, a distribuição de *folders* com



“Iniciamos 2009 imaginando que seria o ano da abertura e terminamos somente atingido o objetivo para as Filipinas e o Vietnã”

informações básicas, aos poucos vamos difundindo a realidade: o teor de gordura de cortes suínos é igual ou menor que o das outras carnes. É água mole em pedra dura e vamos caminhando.

AGROANALYSIS Mas a gastronomia aos poucos vem descobrindo o sabor da car-

ne suína. Eu, por exemplo, adoro um filezinho. Que o rabino não nos ouça.

CAMARGO NETO O consumo de carne suína ainda é muito concentrado nos industrializados. Cortes *in natura* são pouquíssimos, até porque comprar ainda é difícil. A variedade é reduzida. O espaço de gôndola no varejo é limitado. É preciso ter mais do que lombo, bisteca e pernil em pedaços. A concorrência das aves e bovinos ataca com dezenas de cortes, fracionados, bandejinhas diversas, variações de preço significativas. Estamos, porém, caminhando. Começam a aparecer novos cortes, a picanha, o filezinho. Devagar vamos indo embora ainda nos ressentimos de uma boa embalagem. O varejo certamente gostaria de receber o produto pronto para a gôndola, sem manuseio na loja e este avanço tecnológico ainda não atingimos. Felizmente a onda *gourmet* nos favorece. Hoje praticamente todos os melhores restaurantes incluem no cardápio pratos com carne suína. Aos poucos avançamos.

AGROANALYSIS Bem-estar animal é uma ameaça?

CAMARGO NETO É uma novidade que veio para ficar. Antes de tudo é uma questão de educação, treinamento, recursos humano. A WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal lidera um programa de abate humanitário atuando no bem-estar dos animais desde o embarque na propriedade rural até o manejo no frigorífico com nosso apoio e participação.

AGROANALYSIS O aumento da demanda por proteínas favorece a carne suína?

CAMARGO NETO A demanda mundial de proteína animal cresceu como reflexo do aumento do poder aquisitivo em países em desenvolvimento populosos. O mercado internacional entra complementando a produção local. As possibilidades do Brasil são imensas, pois temos as melhores condições para ampliar a produção. As aves e bovinos cresceram muito nessa rota e agora chegou a vez da carne suína. Teremos o mesmo sucesso. ■

Macroeconomia

Política fiscal: luz amarela

Rogério Mori*

UM DOS grandes eixos de atuação do governo nos esforços de inverter o cenário desfavorável da crise se deu no âmbito da política fiscal. Desde fins do ano passado, o governo brasileiro tem adotado um conjunto de medidas de estímulo à demanda agregada no contexto de recuperação econômica. Essas ações vieram tanto do lado da diminuição pontual de alguns tributos, orientada para setores específicos mais sensíveis ao crédito, quanto do lado dos gastos.

Sob essa perspectiva, é razoável imaginar que o resultado das contas públicas registrasse alguma deterioração ao longo deste ano em função dessas ações. No entanto, a análise um pouco mais detalhada do quadro fiscal brasileiro revela que esse conjunto de ações, cuja característica essencial deveria ser voltada para combater os efeitos perversos da crise, deveria ter um caráter mais transitório. Em outras palavras, a orientação da política fiscal deveria ser focada para inverter o cenário de retração da demanda agregada e, uma vez que essa dinâmica estivesse invertida, as ações também deveriam cessar e o foco deveria ser invertido novamente para a geração de resultados compatíveis com a estabilidade da relação dívida pública/PIB no longo prazo.

É natural que nesse conjunto de ações tanto a receita quanto a despesa pública sejam afetadas. A arrecadação federal, segundo dados da Secretaria da Receita Federal, por exemplo, caiu 6,8% em

termos reais (deflacionada pelo IPCA) no período janeiro-outubro de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda é fruto de dois resultados combinados que têm características transitórias. De um lado, a queda na arrecadação é fruto da retração da atividade econômica no período e, à medida que a atividade econômica siga em trajetória de recuperação, é natural que esse efeito se dissipe. Em outras palavras, a arrecadação federal deverá dar mostras de recuperação à medida que a atividade econômica seja retomada. Outro fator relevante que afetou a arrecadação federal vem do lado das isenções fiscais, cuja orientação foi para setores específicos, com foco para combater os efeitos perversos da crise sobre esses segmentos. É de se esperar que, à medida que a economia volte ao normal, essas isenções não sejam mais necessárias, e a arrecadação desses tributos se restabeleça mais adiante.

O somatório desses elementos sugere que a queda da arrecadação tem caráter transitório e deverá ser restabelecida em alguns meses. No entanto, o outro lado da equação, referente aos gastos, exhibe características mais complexas e que demandam maior atenção.

Sob essa perspectiva, a receita total líquida do Tesouro Nacional no período janeiro-outubro de 2009 registrou um recuo de 0,8% em termos nominais na comparação com o mesmo período do ano anterior. No entanto, as despesas do

Tesouro cresceram 16,5% nessa mesma comparação. Tal fato levou a uma queda do resultado primário do Governo Central de R\$ 95,9 bilhões no acumulado desse período em 2008 para R\$ 27,6 bilhões no mesmo período de 2009. Mais preocupante que isso, o aumento das despesas ocorreu em itens cuja característica não é transitória. O aumento com gastos com pessoal entre janeiro-outubro de 2009 foi de 18,4% em relação ao ano anterior e os benefícios previdenciários cresceram 12,8% nessa mesma comparação. Esses são itens de despesa pública cujos cortes não são passíveis de ajuste no médio prazo. Em outras palavras, deverão continuar exercendo pressões por um bom tempo ainda.

É razoável esperar, nesse cenário, que o resultado das contas públicas apresente alguma deterioração. No entanto, o quadro delineado pela política fiscal brasileira enseja algumas preocupações e não se deve esperar a geração de resultados expressivos em um intervalo de tempo razoável. Adicionalmente, a dinâmica fiscal atual, imposta pelo governo desde fins de 2008 e ao longo de 2009, deve acarretar em uma herança não muito favorável para o próximo governo em termos de contas públicas. Em outras palavras, é possível que o próximo governo tenha de promover um ajuste considerável em termos fiscais. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



BOI VIVO

A Sociedade Mundial de Proteção Animal está divulgando um extenso relatório sobre a exportação brasileira de gado em pé. O dossiê, elaborado pelo professor Reinaldo Gonçalves, titular de Economia Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, calcula entre 14% e 27% as perdas econômicas decorrentes da exportação de gado vivo, se comparada à venda de carne congelada/resfriada, couro e subprodutos.

QUALIDADE ÉTICA

"O Brasil precisa dar valor à qualidade ética da carne", Charli Ludtke, gerente de Animais de Produção da Sociedade Mundial de Proteção Animal. Segundo ela, os bois exportados pelos pecuaristas brasileiros enfrentam longas viagens, em jornadas que duram às vezes mais de três semanas em situações precárias.

CHEGA MORTO

Exportar gado em pé, segundo a sociedade, causa sofrimento animal, alta taxa de mortalidade do gado (cerca de 10%), lesões, diminuição da oferta doméstica e redução da qualidade da carne, além da redução do valor agregado, da arrecadação tributária e dos empregos no Brasil. No mercado internacional, o preço médio da carne congelada é duas vezes maior do que o preço médio do quilograma do bovino vivo.

LÍBANO E VENEZUELA

A maior parte do gado embarcado (430 mil em 2007) segue para a Venezuela e para o Líbano. O curioso é que o Líbano, país de maioria muçulmana, é um grande consumidor de alimentos Halal, norma islâmica que busca restringir o máximo possível o sofrimento dos animais no momento do abate.



FEIJÃO GORDO

O feijão da primeira safra, apesar da redução de plantio, deve ter um forte crescimento da produção. A colheita deve render 1,49 milhão de t, segundo a Conab, com crescimento de 10,6% ante a produção deste ano.

LONGA VIDA



Pesquisa realizada pela Associação dos Latínios do Pequeno Porte mostra que o leite pausterizado conserva mais os nutrientes do que o longa vida. Na comparação entre os dois leites, o longa vida com três meses perde totalmente a vitamina C, enquanto o pausterizado manteve 75%.

PLANTIO AVANÇADO

As principais culturas de verão no Centro-Sul ocupam 48 milhões de hectares, com ligeiro aumento de 0,7% (324,1 mil ha) em relação à safra 2008/09.

FUSÕES & AQUISIÇÕES

Nos últimos anos, as fusões e aquisições vêm agitando a economia brasileira, e ganharam mais velocidade do ano passado para cá, após a crise global. Em abril do ano passado, meses antes da derrocada do Lehman Brothers, ocorreu a megafusão Oi-Brasil Telecom, seguiram-se Itaú-Unibanco (novembro 2008), Perdigão-Sadia (maio 2009), Pão de Açúcar-Ponto Frio (junho 2009), JBS Friboi-Bertin (setembro 09) e o ano de 2009 fechou com mais meganegócio: Pão de Açúcar-Casas Bahia.

CADÊ O CADE?

Não vai faltar trabalho para o Cade (Conselho de Administração e Direito Econômico). No caso da Perdigão-Sadia, o conselho promete concluir seu parecer no início de 2010. A megafusão resultou na décima maior das Américas, líder mundial no processamento de carne de frango, com faturamento previsto de R\$ 25 bilhões/ano, 110 mil funcionários e 59 fábricas espalhadas pelo País.

HÁ CINCO ANOS...



”Os maiores gargalos de armazenagem no Brasil estão localizados no Centro-Oeste, região onde o cultivo de grãos mais tem crescido nos últimos dez anos. Segundo a Conab, a capacidade estática de armazenamento no Brasil é de 90 milhões de toneladas de grãos. Entretanto, somente 9% dessa capacidade localizma-se nas propriedades rurais”

Agroanalysis, dezembro de 2004

Reconhecimento.

Quem pensa em sustentabilidade faz por merecer.

Promovido com o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Prêmio Andef de Mérito Fitossanitário busca reconhecer profissionais, cooperativas, revendas e indústrias de defensivos agrícolas que investem em ações de educação para o uso correto e seguro dos produtos fitossanitários. Boas práticas na agricultura garantem a produção de alimentos saudáveis e, principalmente, o desenvolvimento rural sustentável.

Inscrições até o dia 31 de março de 2010.

Solenidade de premiação: 24 de maio.

Para mais informações sobre este prêmio, acesse o Portal Brasil Cooperativo ou envie e-mail para gerencia.mercado@ocb.coop.br.

“O dólar a R\$ 1,70 afeta a rentabilidade dos produtores [de soja de Mato Grosso]; abaixo disso, os sojicultores ficam no fio da navalha”

RUI PRADO, presidente da Famato.



João Medeiros

“O preço do café vem reagindo no mercado internacional, e acreditamos em ligeiro crescimento no consumo mundial do grão, no prazo de quatro a cinco anos”

REINHOLD STEPHANES, ministro da Agricultura.

“A vida é muito importante para ser levada a sério”

OSCAR WILDE, escritor britânico.

“A produtividade da soja em Mato Grosso, onde a taxa de utilização de sementes é superior a 90 %, foi de 3.100 quilos por hectare na safra 2007/2008, enquanto no Rio Grande do Sul, onde cerca de 70% das sementes são piratas, a produtividade registrada no mesmo período foi de 2.000 quilos por hectare”

CAROLINE JÁCOME COSTA, pesquisadora da Embrapa Cerrados.

“Estamos em uma transição de uma economia de mercado para uma economia verde. Quem não se adequar a essa mudança, vai ficar para trás”

ROGER AGNELLI, diretor-presidente da Vale do Rio Doce.



Fábio Rodrigues Pozzebom/Br

“Talvez tenhamos apenas testemunhado um importante passo em direção à ruína mundial, ao termos fracassado em cooperar em um desafio complexo e difícil, que exige paciência, habilidade, boa vontade e respeito pela lei internacional - qualidades que estiveram em falta em Copenhague”

JEFFREY D. SACHS, professor de Economia e diretor do Instituto Terra, na Columbia University, em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*.

“As cooperativas começaram a conversar para fazer essa aglutinação. É uma tendência no cooperativismo”

MÁRCIO LOPES FREITAS, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ao comentar a notícia da criação de uma megacooperativa de leite, que seria formada pelas centrais Itambé, Centroleite, Confepar, Cemil e Minas Leite.

“É um absurdo não querer discutir uma lei que é de 1965”

PRESIDENTE LULA, criticando o adiamento da discussão do Código Florestal.

Logística

Desafios para crescer no agronegócio

Arnaldo Francisco de Sousa

ANALISTAS MUNDO afora avaliam que a próxima década e meia agrícola seja de prosperidade e desafios. A taxa anual de crescimento varia conforme a fonte pesquisada. A FAO (Organização para Alimentação e Agricultura da ONU), por exemplo, tem o enfoque mais forte, de que a demanda por alimentos no mundo deve crescer 3 bilhões adicionais em toneladas por cereais com a população indo a 8 bilhões de habitantes em 2025. A taxa média de crescimento da demanda mundial por alimentos está calculada em 1,7% anuais.

No Brasil, um estudo de longo prazo elaborado pelo Ministério dos Transportes indica que entre 2008 a 2023 o agronegócio deve crescer a taxas de 2,76% ao ano (na média) saindo de um valor bruto da produção de R\$ 659.689 milhões para R\$ 1,2 bilhão.

O estudo em questão é o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) indicador de várias tendências de investimentos públicos ou privados. Até 2023 a população brasileira ultrapassará 219 milhões de habitantes, aumentando também, a demanda por alimentos internamente, o que exige um investimento global de R\$ 290 bilhões.

Mas o ritmo de investimento do governo é lento e está 20 anos atrasado de acordo com analistas ouvidos por *Agroanalysis*.

“Neste ano de 2009, a previsão é de que os investimentos federais em transportes atinjam o patamar de R\$ 13,4 bilhões, o que representa cerca de 0,4% do PIB brasileiro projetado para o ano de 2009 (R\$ 3,4 trilhões). Em 2003 este percentual era de aproximadamente 0,1% do PIB (R\$

4,2 bilhões)”, informou à *Agroanalysis* Marcelo Perrupato, secretário nacional de Política de Transportes.

Apesar de crescente, o investimento do Estado nos últimos anos está muito aquém do dinamismo da sociedade urbana e rural.

Para se ter uma ideia, a safra de verão que o Brasil irá colher em 2010 está prevista pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 140,6 milhões de toneladas, 4% acima do produzido no ciclo anterior quando foram colhidos 135,15 milhões de toneladas.

“Sabemos que a nossa vocação é produzir alimentos. Se o Brasil dobrar sua produção, apenas com aumento de produtividade, nosso sistema de escoamento atual entrará em colapso”, afirmou Amarillis Romano, analista agrícola da Tendências Consultoria.

A atual matriz logística do País escoia 58% dos produtos agrícolas (e outros produtos) por meio de rodovias, 25% por ferrovias e 13% por hidrovias. O grande esforço será transformar essa matriz.

O PNLT indica que, com os investimentos previstos de R\$ 109,2 bilhões até 2011; R\$ 84,3 bilhões até 2015 e R\$ 97,3 bilhões até 2023, haveria modificação na matriz em 30%; 35% e 29% nas respectivas malhas rodo, ferro e hidroviária.



Estradas privatizadas

De acordo com recente relatório de transportes e logística da Tendências, 6,3 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais foram repassadas à iniciativa privada e mais 12,4 mil devem seguir o mesmo caminho, com o consequente aumento do investimento privado nas estradas para R\$ 18,6 bilhões até 2014.

“Temos verificado o esforço do governo, mas é pouco. As concessões vão ajudar a acelerar a melhoria das condições das estradas”, explica Alexandre Gallotti, analista de transporte e logística da Tendências.

Até novembro de 2009, o agro brasileiro havia exportado US\$ 60 bilhões, devendo fechar o ano ao redor dos US\$ 66 bilhões. Os produtos que impulsionam a balança do agronegócio e do país são carnes, açúcar, álcool, soja, café e milho, entre outros.

Grande parte da safra agrícola brasileira é transportada por caminhões que cruzam os 89.552 km de rodovias. O alarme vem a seguir: estudo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) aponta que em 2009, 69,1% das estradas encontram-se classificadas como regulares (45%), ruins (16,9%) e péssimas (7,1%). O restante, ou seja, 30,9% estão entre ótimas e boas.

“A qualidade das rodovias federais na Bahia é caótica. A BR-324 (Salvador a Feira de Santana) foi privatizada e ninguém fez nada ainda. Na época da safra isso aqui é um caos”, comenta João Lopes de Araújo, presidente da Assocafé do Oeste Baiano que aponta mais dois pontos críticos na BR-242 com a BR-116 com mão única provoca lentidão, atrasos e perdas no período do escoamento agrícola.

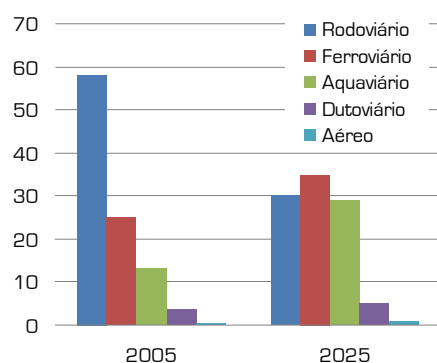
Outro sonho baiano e nordestino é a Ferrovia Oeste-Leste, prometida no PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) do governo federal que ainda está em estudos básicos de impactos ambientais.

Segundo Marcelo Perrupato, do Ministério dos Transportes, as obras da BR-324, da 242 e da 116 estão incluídas no PAC e o compromisso é que toda a programação seja realizada até o final de

2010. “Lembramos que os trechos da BRs-324 e 116 citados, integram os programas de concessões de rodovias federais e serão objeto de intervenções por parte da concessionária selecionada”, enfoca.

No campo das ferrovias, foi anunciado em fins de 2009 o início das obras da Fer-

Matriz de transporte atual e futura [%]



Fonte: PNLT

rovia Transnordestina (liga os estados do Piauí, de Pernambuco e do Ceará) com trecho de 1.730 quilômetros. E está em andamento o prolongamento da Ferrovia Norte-Sul até Palmas (TO), cujo sonho antigo é que ela vá até Brasília, formando um trecho de 1.550 quilômetros.

Custo Brasil

Um exemplo de Custo Brasil passa pela matriz dos transportes. Para melhorar a competitividade (baratear os custos) do País para a demanda esperada de produtos agrícolas no mundo, é honesto e necessário transferir as cargas do caminhão para trechos curtos (fazenda ao trem ou barco) e o restante ficaria por conta da malha ferrohidroviária.

Segundo estudo do PNLT a Rússia tem a matriz montada em 81% (ferroviária), 11% hidroviária e apenas 8% rodoviária. O Canadá, a Austrália e os Estados Unidos transportam seus produtos acima de 43% por ferrovias. Temos de avançar.

De acordo com o grupo de estudos de logística do Sifreca (Sistema de Informa-

ções de Fretes para Cargas Agrícolas) da Esalq-Log, a partir da instalação das ferrovias, a competitividade do Brasil vai aumentar com ganho de 10% no preço do frete.

E os reclamos e pedidos de ações pró-ativas ecoam por todo o País, a ponto de as entidades ligadas ao agronegócio de Mato Grosso criarem um estudo de viabilidade multimodal chamado Pró-Logística, demonstrando que se houver investimento em dez frentes rodoferro-hidroviárias, o estado ganharia em desenvolvimento produtivo agrícola.

Mato Grosso é um estado agropecuário por excelência. Dos 26 milhões de toneladas de grãos que saem de seus campos, 18 milhões são de soja, desses, 8 milhões escoam por ferrovia. “A gente espera o tão sonhado PAC da Ferronorte saindo do Alto Taquari até Cuiabá, entre outros investimentos que reduzirão em 70% do custo do escoamento dos atuais US\$ 1,3 bilhão para US\$ 393 milhões”, explicou Tiago Mattosinho Corrêa, gerente técnico da Famato – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso.

O frete entre Rondonópolis (MT) e o Porto de Santos (SP) por rodovia é de R\$ 134,63 por tonelada. Já de Campo Novo (MT) ao Porto de Itacoatiara (AM) ou Porto Velho (RO) o preço cai para R\$ 104,04 por tonelada. Esse é um custo que se pode reduzir com investimentos nas hidroviárias, previstos no PNLT em R\$ 32 bilhões até 2023.

“Se o Brasil dobrar a produção agrícola vai ter um gargalo estrutural. A hidrovia é o caminho para meu estado, mas a legislação ambiental impede o avanço”, reforça Eduardo Riedel, vice-presidente da Famasul (Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul).

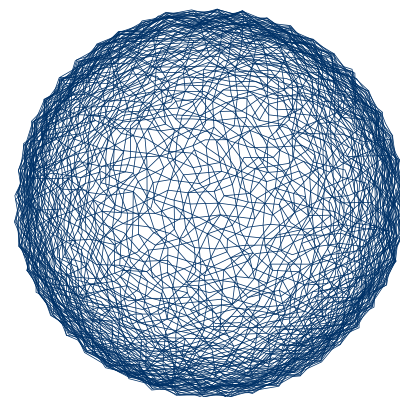
Os estudos estão na mesa. A CNT demonstra que investimento público desejável seria da ordem de 1,1% do PIB ao ano. A pergunta que abre esta reportagem continua: qual é a perspectiva de crescimento agrícola para os próximos 15 anos? ■

* Assessor da presidência da SRB

COP-15 - I

Introdução

DIÁRIO DAS NEGOCIAÇÕES



COP15

O objetivo da 15ª Conferência das Partes sobre o Clima é traçar um acordo global para definir o que será feito para reduzir as emissões de gases de efeito estufa após 2012, quando termina o primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto.

PROTOCOLO DE QUIOTO

Assinado em 1997 e ratificado em 2005, o Protocolo de Quioto estabelece metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, que historicamente contribuíram mais para a concentração desses gases na atmosfera. O acordo determina a redução em 5% das emissões, em relação aos níveis de 1990. O primeiro período de compromisso do protocolo termina em 2012. A reunião de Copenhague terá que definir os próximos passos do acordo climático global.

O PROBLEMA

O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês), formado por 2,5 mil cientistas, afirma que a Terra já aqueceu cerca de 0,7 grau Celsius (°C) desde a Revolução Industrial. O IPCC projetou cenários futuros que preveem o aquecimento do planeta em pelo menos 1,8°C até o fim deste século, dependendo das medidas para reduzir as emissões.

METAS X COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS

O Protocolo de Quito prevê metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa para a União Europeia e 37 países industrializados. Os países em desenvolvimento, caso do Brasil, da China e Índia, não têm reduções obrigatórias.

Metas obrigatórias para esses países não deverão entrar no texto que sairá da COP-15, mas essas nações serão cobradas a ter compromissos mensuráveis, reportáveis e verificáveis de redução de emissões no âmbito nacional.

PONTOS DA NEGOCIAÇÃO

Transferência de tecnologia de países industrializados para que os países em desenvolvimento possam realizar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O financiamento dessas ações, que o Banco Mundial estima em pelo menos US\$ 400 bilhões.

Incluir preservação de florestas para evitar emissões de gases de efeito estufa no mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, o Redd.

Recompensar os países que mantêm a floresta em pé, por meio de um fundo formado por contribuições internacionais voluntárias, com a geração de créditos de carbono negociáveis no mercado ou com um mecanismo híbrido entre fundos e mercado.

7 de dezembro

Na plenária de abertura, Rajendra Pachuri, do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), Connie Hedegaard, a presidente da COP-15 e Yvo de Boer, secretário executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizam apresentação sobre a oportunidade do mundo definir a forma e o ritmo com que administrará as mudanças climáticas.

A estratégia era desviar o foco sobre o Climategate, o caso dos *e-mails* roubados da Universidade de East Anglia, na Grã-Bretanha, que revelaram suposta manipulação de dados para reforçar a tese do aquecimento global.

Enquanto as ONGs distribuíram materiais e atraíram a atenção dos participantes no Bella Center, representante da Arábia Saudita indagou a presidente da COP sobre a veracidade do aquecimento global. A Arábia Saudita tem no petróleo a sua base econômica.

Para o G77, bloco de países composto por 77 nações, entre as quais o Brasil, a Índia e a África do Sul, um dos gargalos está na falta de adesão dos países ricos para financiar ações de mitigação e adaptação dos países pobres. Sem querer assumir compromissos de longo prazo, os países desenvolvidos mostram propensão

a acordos financeiros de curto prazo – os chamados *fast start funds* – e estão relutantes em assumir compromissos mais duradouros. A mudança climática é um problema de longo prazo. De acordo com o Banco Mundial, o combate ao aquecimento global demanda investimentos anuais de até U\$ 270 bilhões

A posição da delegação brasileira é de que seja estabelecido um acordo firme e objetivo, deixando a regulamentação para ser feita no próximo ano. Para o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, o País não deixará de investir recursos próprios em ações de mitigação e adaptação – como projetos de Redd.

8 de dezembro

O secretário executivo das Nações Unidas para o Clima, Yvo de Boer, defendeu que o Brasil, a China e a Índia também devem ter acesso ao financiamento de ações contra mudanças climáticas, mas isso vai depender de cada projeto apresentado. O dinheiro deve ser concentrado em projetos em todos os países pobres e em desenvolvimento.

O negociador da União Europeia (UE), Arthur Runge-Metzger confirmou que a primeira opção da UE é repassar recursos públicos aos países mais pobres, já que economias emergentes como o Brasil e a China já estariam recebendo a maior parte dos recursos levantados com créditos de carbono.

O clima de desconfiança entre países ricos e em desenvolvimento se aprofundou com a publicação pelo jornal britânico *The Guardian* de um documento que teria sido elaborado por líderes dinamarqueses, americanos e britânicos, entre outros, que ficou conhecido como o ‘acordo dinamarquês’

Nesse rascunho de uma declaração a ser assinada ao fim do encontro, fica clara a intenção de separar o Brasil, a China e a Índia dos países mais pobres, além de introduzir metas de emissões obrigatórias para estes países. Várias das propostas incluídas no documento indicam um afastamento dos princípios que norteiam

o Protocolo de Quioto, cujo primeiro período de validade vai até 2012.

Com a UE à frente, governos de países industrializados se recusam a repassar recursos dos Fundos de Adaptação e Mitigação aos grandes países emergentes, como o Brasil. O mecanismo, estimado pela UE em 100 bilhões por ano no período 2013 a 2020, é o principal meio de financiamento de ações para prevenir e minimizar os efeitos do aquecimento global.

Não há consenso nem sobre a administração do fundo nem sobre seu montante total – e muito menos sobre a divisão dos valores, assunto que provoca divergência ainda maior entre os diplomatas europeus. A crise econômica, marcada pelo mau desempenho de países industrializados e pela boa performance dos grandes emergentes, como a China, a Índia e o Brasil, alterou as condições de negociação entre Bali, em 2007, e Copenhague, em 2009.

A posição europeia encontra respaldo nos Estados Unidos. Jonathan Pershing, o principal negociador americano, disse que o país está disposto a fazer a sua parte na contribuição dos US\$ 10 bilhões. Mas fez questão de ressaltar que os recursos seriam para as nações “mais vulneráveis e menos desenvolvidas” – o que não inclui o Brasil.

9 de dezembro

Embora haja um consenso em torno com relação a priorizar a aplicação de ações a curto prazo, cada grupo de países reivindica aquilo que mais o beneficia. A comunicação entre países ricos, pobres e emergentes é uma verdadeira Torre de Babel.

As diferenças não são apenas de natureza econômica. As pequenas ilhas-estados e nações pobres da costa da África são os casos típicos daqueles que dependem de ações imediatas, com a aplicação de metas rigorosas. Com diferentes interesses, as agendas não fecham e as propostas de redução dos gases de efeito estufa variam substancialmente. Os trabalhos não progredem.

A União Europeia condiciona sua presença no acordo que entrará em vigor após

o fim do Protocolo de Quioto, em 2013, à entrada dos Estados Unidos, do Japão e de outros países industrializados. Em resposta, Todd Stern, assessor para Assuntos Climáticos da Casa Branca, descartou a hipótese de que os termos de Quioto sirvam de base para um novo protocolo, com a participação dos EUA. A UE ainda lidera o grupo dos países contrários a ceder dinheiro para emergentes, como o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul

10 de dezembro

Enquanto o governo chinês cobra de países ricos “responsabilidades diferenciadas”, o governo norte-americano afirmou que a ajuda financeira ao país asiático não é prioridade diante das necessidades de países pobres.

A China se comprometeu a reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) entre 40% e 45% até 2020, em relação aos níveis de 2005. A proposta inclui ainda elevar de 9% para 15% o total de energias renováveis no consumo energético do país e adicionar 40 milhões de hectares às florestas locais.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, propôs um plano de redução de emissões de gases de efeito estufa em etapas, começando com 17% até 2020, e chegando a 30% até 2025, a 42% até 2030 e a 83% até 2050.

As negociações registraram “progressos”, sobretudo no que diz respeito a transferências de tecnologia, de acordo com o principal negociador da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Clima, Yvo De Boer.

11 de dezembro

Sai o primeiro esboço do que deve ser realmente acordado ao final da cúpula. As metas seguem as recomendações publicadas há dois anos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática e insistem em que nações em desenvolvimento devem cortar entre 15% e 30% até 2020 com “apoio dos países ricos”. Os cortes devem ajudar a conter a alta da temperatura neste século.

O documento afirma que é preciso limitar o aumento da temperatura entre “1,5°C e 2°C”. A Aliança dos Pequenos Estados Insulares já apresentou hoje um projeto de acordo mundial para limitar o aumento das temperaturas a 1,5°C.

Principal ponto de discórdia, o rascunho torna claro que a responsabilidade pelo financiamento das ações de mitigação no mundo em desenvolvimento e de adaptação das economias pobres fica por conta dos países desenvolvidos.

O texto, no entanto, deixa lacunas, entre as quais estão as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, que são muito vagas. A proposta oferece vários níveis de reduções globais das emissões de gases do efeito estufa, especialmente pela queima de combustíveis fósseis, que podem ser de 50, 85 ou 95% até 2050. Os números aparecem entre colchetes, significando que ainda não há acordo a respeito.

14 de dezembro

Representantes de delegações africanas abandonaram as seções de negociação, o que levou à suspensão temporária, por cerca de cinco horas, da reunião. Esses países criticaram a organização da conferência por, supostamente, se concentrar apenas nas negociações para um novo acordo climático, em vez de trabalhar paralelamente em uma extensão do Protocolo de Quioto.

Por sua vez, insatisfeitos, representantes do G77/China, que inclui o Brasil, a Índia, a África do Sul, a China e vários dos países mais pobres do mundo, exigiram que as negociações não se concentrassem exclusivamente em um novo acordo, como grande parte dos países ricos defendem, mas sim, em uma extensão do Protocolo de Quioto.

15 de dezembro

Começou o Segmento de Alto Nível da Conferência de Copenhague. O clima fica tenso com a chegada dos líderes mundiais. A dúvida é se conseguirão ou não resolver os pontos de conflito nos próximos três dias e chegar a um acordo.

Na cerimônia de abertura, ecoaram no Bella Center discursos inflamados e carregados de palavras de incentivo. Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, deixou claro que “precisamos de um acordo vinculativo: não temos mais anos”, pois a “natureza não negocia”.

Na mesma linha desse discurso foram as intervenções de Lars Rasmussen, primeiro-ministro dinamarquês, Connie Hegehaard, presidente da Cimeira, e Yvo de Boer, secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês).

Os negociadores correm contra o relógio para chegar a um acordo, depois de um começo de semana tenso, que levou até à suspensão temporária da reunião.

Consultas informais entre os ministros que chefiavam as delegações tentam destravar as negociações, tanto por um acordo que inclua os Estados Unidos como pela extensão do Protocolo de Quioto, também a partir de 2012.

16 de dezembro

Acusada por representantes de países em desenvolvimento de querer beneficiar nações ricas nas negociações, a presidente da COP-15, Connie Hedegaard, renuncia. O substituto é o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen.

As discussões parecem estar irremediavelmente paradas em questões como metas para países desenvolvidos e, principalmente, financiamento para redução de emissões de gases de efeito estufa a longo prazo.

Até o momento, não existe consenso sobre um número, ou mesmo sob de que forma as metas de redução para países desenvolvidos seriam apresentadas, como extensão do Protocolo de Quioto para os seus signatários (países ricos com exceção dos Estados Unidos) ou em um novo tratado incluindo os americanos.

A proposta mais próxima de ser aceita é a de um fundo de US\$ 10 bilhões por ano, para os próximos três anos. Mas não está claro quais seriam as fontes dos recursos e quem faria as contribuições.

17 de dezembro

Felipe Calderón, presidente do México, próximo anfitrião da COP-16, pediu “um acordo ambicioso” sobre a redução de emissões de gases poluentes, para transformá-lo tratado legalmente vinculativo em 2010.

O enfrentamento entre os países ricos e os em desenvolvimento sobre a redução dos GEE, deu espaço para uma fase de mais diálogo, graças a dois documentos sobre a redução das emissões até 2050.

O presidente da cúpula, o primeiro-ministro dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, aceitou o pedido do grupo dos países em desenvolvimento de relançar as negociações a partir do Protocolo de Quioto, assinado em 1997, que regula as emissões para 37 países industrializados até 2012.

A proposta da secretária de Estado americana, Hillary Clinton, é dos EUA destinarem US\$ 100 bilhões anuais, a partir de 2020, para combater a mudança climática, mas no contexto de um acordo firme que obrigue a todos no “esforço global” dos países ricos.

18 de dezembro

Os contatos a portas fechadas continuavam, sem que as negociações oficiais tivessem chegado a um acordo final para determinar metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. A foto de família, com os 119 chefes de Estado presentes foi cancelada sem explicação.

A sessão plenária terminou com atraso e os líderes participantes deram uma pausa nas conversas. A essa altura, já não se considerava mais a possibilidade de assinatura de um documento juridicamente vinculativo que regule as emissões.

Uma reunião entre os quatro emergentes (Brasil, África do Sul, China e Índia) e Estados Unidos finaliza o Acordo de Copenhague. Aprovado sem unanimidade, como exige o procedimento das Nações Unidas, para entrar em vigor, o documento representa uma simples carta de intenções. ■

COP-15 - II

Aliança brasileira para o clima

Carlo Lovatelli*

OS SEGMENTOS que compõem a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) acreditam que o agronegócio brasileiro poderá contribuir significativamente para a redução do aquecimento global. A adoção de tecnologias que levam ao aumento da produção, com redução da pressão para a ampliação da fronteira agrícola, aliadas ao uso de práticas conservacionistas e de manejo responsável - como o plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e outras - legitimam esta afirmativa. Cabe ressaltar que, para a soja brasileira, o plantio direto representa 72% da área cultivada.

Além disso, ações orientadas à atribuição de valor às florestas, tais como a moratória da soja, em conjunto com uma política de pagamentos por serviços ambientais, constituem parte da solução na obtenção de benefícios significativos para a mitigação das emissões de gases causadores de efeito estufa.

Nesse sentido, a Abag e a Abiove defendem que a redução do desmatamento e de outros serviços ambientais devem ser remunerados, com pagamento direto.

Para tanto, o mecanismo conhecido como Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd) deve ser estruturado de forma a garantir que incentivos financeiros dele resultantes alcancem diretamente os agentes responsáveis pelas reduções, produtores rurais e populações tradicionais.

O grande desafio atual é produzir alimentos, energia e fibras a baixos custos para uma população mundial crescente, e com um nível de eficiência que impacte cada vez menos o meio ambiente. É o

caso, por exemplo, do uso racional de insumos, como fertilizantes, defensivos e sementes. A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação trarão as soluções que permitirão aumentar a oferta de bens de consumo, com sustentabilidade, conservando os recursos naturais e a biodiversidade.

Dados recentes da FAO indicam que apenas 30% da superfície do planeta estão cobertos com florestas nativas, boa parte delas em regiões de clima frio, portanto fora das fronteiras agrícolas, tais como as florestas do Canadá e da Rússia. O Brasil ainda mantém grande parte de suas florestas originais e tem o grande desafio de preservar este patrimônio e atender parte significativa das necessidades futuras da humanidade.

A criação de mercados específicos para a remuneração de serviços ambientais, como o de crédito de carbono, e mais recentemente o mecanismo de Redd, indica um reconhecimento da importância de valorização econômica destes serviços.

Cabe ressaltar que os benefícios gerados pelos serviços ambientais são usufruídos por toda a comunidade internacional, mas seus custos recaem apenas sobre os proprietários rurais. Portanto, nada mais justo que os proprietários recebam incentivos financeiros pela sua prestação.

Em síntese, o agronegócio brasileiro considera que:

- os países desenvolvidos têm responsabilidade histórica pela concentração de gases causadores de efeito estufa na atmosfera, e, por isso, devem adotar metas ambiciosas no sentido de reduzi-las;
- as mudanças climáticas constituem um problema global e por isso exi-

gem ações coordenadas e urgentes de todos os países, priorizando tecnologias de mitigação viáveis economicamente e de impacto efetivo no curto prazo;

- é imprescindível a ampliação de novos mecanismos que envolvam os países em desenvolvimento no mercado internacional associado às mitigações das mudanças climáticas.

O Brasil está contribuindo de maneira ímpar para a conservação ambiental, mas ainda não está recebendo o devido reconhecimento, que é seu de fato e de direito. O País tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. É líder na tecnologia de biocombustíveis e a maior parte de suas emissões, no que tange às queimadas e aos desmatamentos ilegais, estão dissociadas do desenvolvimento econômico.

Reconhecemos a necessidade de que os países em desenvolvimento assumam responsabilidades para que cresçam, mantendo vigilância sob o potencial aumento de suas emissões, a exemplo da ambiciosa meta brasileira para a redução de 80% do desmatamento do Bioma Amazônia até 2020.

Independente do resultado da COP-15, tendo em vista que a lenta evolução das negociações internacionais, esperamos ter um grande acordo global que possibilitará o desenvolvimento sustentável das nações, lastreado na cooperação internacional para o implantação de uma economia global de baixo carbono, o que será, sem dúvida, a melhor herança que poderemos deixar para as nossas futuras gerações. ■

* Presidente da Abiove e Abag. Discurso apresentado no Espaço Brasil, durante a COP-15

COP-15 - III

Os resultados decepcionam

O PROCESSO em Copenhague foi conturbado. Nem mesmo a estratégia de dar novo fôlego ao time de negociadores, por meio da troca do presidente da cúpula, com a saída de Connie Hedegaard, ministra da Energia e do Meio Ambiente, e a entrada de Lars Løkke Rasmussen, primeiro-ministro dinamarquês, mudou a apatia do ambiente.

A decepção foi geral com o texto da declaração de intenções, depois de dois anos de preparação e duas semanas de encontro. Sem valor legal, porque precisava de aprovação geral, como manda o regulamento da ONU, o documento é composto por 12 parágrafos. Não tem as metas de cortes nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e apresenta algumas cifras, mas não explica como o dinheiro será captado e administrado.

Então, sem efeito vinculante, o texto:

- Admite ser bom evitar uma alta da temperatura em 2 graus Celsius (°C) neste século;
- Decide debater daqui a cinco anos se é melhor deixar escrito o impedimento de uma alta de 1,5°C.
- Coloca como “detalhe” da redução das emissões a médio prazo (2020), o limite de 31 de janeiro deste mês.
- Solicita a prestação de “informações nacionais” para mostrar como cada país está combatendo o aquecimento global.
- Deixa de mencionar objetivos de longo prazo (2025).
- Prevê financiamento de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd). Isso significa que deixar as florestas em

pé poderá receber contrapartida em dinheiro

Para quem tem os olhos voltados para a continuidade do Protocolo de Quioto depois de 2012, a conclusão é pessimista, porque o tempo ficou bem mais curto. Os avanços ficaram aquém dos necessários. A expectativa era construir em 2009 um acordo com a sinalização de um plano concreto para a redução das emissões.

Existem diversos pontos a serem considerados. Sem a definição central a respeito de quem paga e foi o responsável histórico pelas emissões, o acordo não tem a ambição necessária para promover mudanças significativas. Outra questão é alterar o modelo econômico e o padrão de consumo.

Os dois principais países emissores ofereceram resistências. A China não aceita estabelecer as metas de emissões e ser submetida a monitoramento em nome da segurança nacional. Outros países pegaram o gancho nesse argumento e a discussão empacou. Com seu ritmo de

crescimento, as suas emissões os chineses devem aumentar, e não reduzir as emissões. Em relação aos Estados Unidos, o presidente Obama precisa ganhar tempo e conquistar a adesão do Congresso, para fazer qualquer retoque na lei ambiental. O presidente Clinton, no começo da década, foi agressivo, mas não ganhou a batalha. O resultado foi a não adesão dos americanos ao Protocolo de Quioto.

O depoimento dos líderes mostra que prevaleceu a sensação de decepção. O suposto acordo, apesar de efeito imediato, não tem força de lei. A Venezuela, Cuba, a Bolívia, o Sudão e Tuvalu ficaram fora do acordo. Sem meta de redução, cada país apresentará a sua proposta voluntária e não terá acompanhamento da fiscalização.

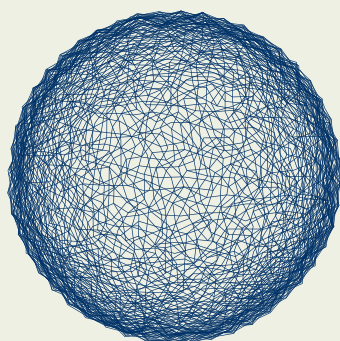
A respeito da participação do Brasil, a mudança de negociadores desagradou aos ambientalistas, sendo a participação do presidente Lula o grande diferencial, com depoimentos de alta repercussão internacional. ■



ACORDO DE COPENHAGE

Os líderes de Estados, governos, ministérios e delegações presentes na Conferência das Nações Unidas de Mudanças Climáticas de 2009, em Copenhague, de acordo com os objetivos e princípios previstos pela Convenção, para a sua operação imediata, concordam que:

1. A mudança climática é um dos grandes desafios deste tempo. Políticas fortes devem ser urgentemente aplicadas para combatê-la de acordo com princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Para estabilizar a concentração de GEE na atmosfera de modo a prevenir o perigo de interferência no sistema climático, reconhecemos a visão científica de um incremento global inferior a 2°C, por meio da aplicação de um programa de medidas com suporte internacional. Reconhecemos o crítico impacto da mudança climática e os potenciais impactos de medidas responsáveis, particularmente em países vulneráveis, para estabelecer programas de adaptação com suporte internacional
2. Profundos cortes nas emissões globais são necessárias - de acordo com a ciência e o 4º Relatório do IPCC - para manter o aumento da temperatura abaixo de 2° C e levar a ações com objetivos consistentes em termos científicos. O estabelecimento de picos de emissões nacionais e globais o mais rapidamente possível, tendo em vista que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são prioridades básicas para o desenvolvimento dos países. A estratégia de baixa emissão é indispensável para o desenvolvimento sustentável.
3. Ações e cooperações internacionais devem ser aplicadas com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade e construir a resiliência no desenvolvimento dos países, em especial os países poucos desenvolvidos, as pequenas ilhas-Estado e a África. Os países desenvolvidos providenciarão recursos financeiros e tecnológicos.
4. O compromisso dos países do Anexo 1 será estabelecer, individualmente e em conjunto, as metas de emissões para 2020 até 31 de janeiro de 2010. As reduções e o financiamento dos países desenvolvidos serão mensuráveis, reportáveis e verificáveis, de acordo com o guia da COP, para assegurar que são rigorosas, robustas e transparentes.
5. Os países fora do Anexo 1 realizarão ações de mitigação. Países poucos desenvolvidos e ilhas-Estado poderão apresentar ações voluntárias, com relatórios dos inventários nacionais. Todas elas estarão devem ser mensuráveis,



COP15
COPENHAGEN
UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2009

reportáveis e verificáveis, de acordo com o guia da COP.

6. Diante do papel importante do controle do desmatamento e da degradação para reduzir a emissões de GEE, aprova o imediato estabelecimento de mecanismos, inclusive Redd +, para mobilizar recursos financeiros dos países desenvolvidos.
7. Serão perseguidas oportunidades para usar o mercado na aplicação de ações mitigadoras. Para os países em desenvolvimento, especialmente aqueles de baixa emissão, poderiam ser proporcionados incentivos para continuar o seu desenvolvimento com baixa emissão.
8. Haverá acesso crescente dos países em desenvolvimento a fundos adequados, para aumentar ações de mitigação e reduzir o desmatamento e a degradação. Os recursos serão priorizados para os países mais vulneráveis, como as pequenas ilhas-Estado e a África. O compromisso coletivo dos países desenvolvidos é disponibilizar novos e adicionais recursos, inclusive florestas e investimentos por meio de instituições internacionais, de US\$ 30 bilhões para o período de 2010 e 2012, e US\$ 100 bilhões depois de 2020. Uma estrutura de governança com representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento administrará a liberação das verbas, como o Fundo Verde Climático de Copenhague.
9. Um painel de alto nível será estabelecido sob a guia da COP para estudar as fontes potenciais de financiamento, de acordo com as metas de reduções.
10. O Fundo Verde Climático de Copenhague administrará a operação total dos mecanismos financeiros que darão suporte aos programas, projetos e políticas e outras atividades nos países em desenvolvimento relativos a mitigação, inclusive Redd +, adaptação climática e desenvolvimento e transferência de tecnologia.
11. De acordo com o aumento da ação para desenvolvimento e transferência de tecnologia, será estabelecido o mecanismo tecnológico para acelerar o desenvolvimento tecnológico e transferir o suporte para ações de mitigação, baseado nas circunstâncias e prioridades nacionais.
12. O assessoramento para a implementação deste acordo será completado em 2015, com a inclusão, à luz do resultado da convenção, de considerações a respeito de metas de longo prazo, referentes a assuntos apresentados pela ciência, como o crescimento de 1,5° C na temperatura.

18 de dezembro de 2009

DEPOIMENTOS DOS LÍDERES

BAN KI-MOON

Secretário Geral das Nações Unidas

“Apesar de não ser tudo o que todos esperavam, o acordo é “um começo importante, que precisa ser transformado em um tratado com valor legal no próximo ano.”

YVO DE BOER

Secretário Executivo do
Quadro de Mudança Climática

“Temos que ser honestos sobre o que temos. O acordo ficou aquém das expectativas, as ambições precisam subir se queremos manter o mundo a 2°C. É preciso transformar o documento em algo real, mensurável e verificável. Tentaremos um acordo obrigatório com valor legal na próxima COP”.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Brasil

“Confesso que estou um pouco frustrado (...). Se for necessário fazer um sacrifício a mais, colocamos dinheiro para ajudar outros países. Não viemos barganhar. As nossas metas não precisam de dinheiro externo, iremos fazer com nossos recursos”.

BARACK OBAMA

EUA

“Não é suficiente para combater a ameaça da mudança climática, mas é um primeiro passo importante”

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO

Comissão Europeia

“O texto da COP-15 é melhor que nada, mas não esconde meu desapontamento em relação à sua natureza não vinculante”.

MANMOHAN SINGH

Índia

“Admitimos que os mais afetados pela mudança climática são os menos responsáveis por ela. Qualquer coisa que surgir das nossas negociações deve atender a esta flagrante injustiça com países menos desenvolvidos, como os da África e os pequenos Estados insulares, cuja sobrevivência como nações viáveis está ameaçada”.

WEN JIABAO

China

“Qualquer que seja o resultado que esta conferência produzir, estaremos plenamente comprometidos em alcançar e até superar essa meta”.

YUKIO HATOYAMA

Japão

“A questão é uma discrepância aparentemente insuperável entre a China, de um lado, e a União Europeia, os Estados Unidos e o Japão de outro”.

GORDON BROWN

Grã-Bretanha

“Há grandes questões, mas as diferenças não são fundamentais. Isso exige algum esforço por parte de todas as pessoas. Seria correto apresentarmos algumas propostas sobre como podemos avançar, mas esta não é a hora certa para tal”

MAHMOUD AHMADINEJAD

Irã

“Achamos que o meio ambiente é a maior bênção de Deus aos seres humanos (...). Se alguém corta uma árvore sem razão, é como se cortasse a asa de um anjo. Se alguém polui o meio ambiente, comete um pecado”.

LUMUMBA STANILASAS DIA-PING

Delegado Sudanes e Presidente do G77 (130 países em desenvolvimento).

“O ‘pré-acordo’ fechado nesta sexta-feira foi o ‘pior da história”.

NICOLAS SARKOZY

França

“O que bloqueia? Um país como a China, com problemas em aceitar a ideia de um órgão de monitoramento para os cortes de emissões. A Índia com problemas em aceitar a limitação das suas emissões de carbono. A Europa está completamente unida. Grande parte da África concorda conosco. Os Estados Unidos estão próximos da nossa posição”.

COP-16 no México

Agenda adiada

REPRESENTANTES DE 180 países participantes da reunião realizada em dezembro em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-13), em Bali, na Indonésia, reconheceram o aquecimento do sistema climático mundial, com base no quarto relatório científico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Segundo o relatório, a temperatura da terra pode subir de 1,8 graus Celsius (°C) a 4,0°C até 2100, o que provocará a elevação do nível do mar entre 18 centímetros e 58 centímetros. Além disso, eventos climáticos extremos, como tufões e secas.

O IPCC sugere que as concentrações de CO₂ na atmosfera, hoje em 385 partes por milhão (ppm) devem ser estabilizadas em 450 ppm, para evitar um aquecimento acima de 2°C até o final do século. Isso significa cortes de 25% a 40%, em relação a 1990. As cifras para descarbonizar a economia mundial varia de US\$ 40 bilhões a US\$ 500 bilhões por ano, segundo a Organização das Nações Unidas. Esse financiamento teria de vir dos países ricos.

Esse reconhecimento motivou o lançamento do *Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima*, na COP-13, para acompanhar o processo de negociações internacionais até a COP-15, em Copenhague, Dinamarca, no mês de dezembro, quando o acordo pós-2012 sobre o clima entrou em discussão.

A ideia central foi:

- Negociar compromissos para os países em desenvolvimento sob um “trilho” diferente do de Quioto;

- Colocar no texto os compromissos “mensuráveis, reportáveis e verificáveis” (MRVs) para os países em desenvolvimento;

A discussão sobre as Nationally Appropriate Mitigation Actions (Namas), em português Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas surgiu neste contexto. Enquanto os países desenvolvidos estariam obrigados a realizar suas Namas, os países em desenvolvimento poderiam utilizá-las como forma de obter recursos extras para promover o desenvolvimento sustentável, podendo financiar novas tecnologias e buscar capacitação que permitissem a redução de emissões. Contudo, as reduções também devem ser MRV nos países em desenvolvimento.

Na metade do caminho entre a COP-13 e a COP-16, a ser realizada no México, em 2010, a COP-14 e a COP-15, realizadas, respectivamente, na Polônia e na Dinamarca, decepcionaram em termos de resultados concretos: a divergência de posições políticas e econômicas entre as nações impediu que se rascunhasse um novo acordo climático global, com a definição severa nos cortes das emissões.

A chanceler alemã, Angela Merkel, ficou com o compromisso de organizar as negociações em Bonn, no prazo de seis meses, para preparar a próxima conferência. É o terceiro encontro da COP na América Latina. Antes aconteceram dois, em Buenos Aires, na Argentina: a COP-4, em 1998; e a COP-10, em 2004. O prazo para estabelecer o acordo climático pós-2012, quando termina a primeira fase do Protocolo de Quioto ficou mais apertado. ■

Quatro colunas de sustentação

Com ênfase na urgência para atingir metas a longo prazo referentes à estabilização da concentração dos gases que produzem efeito estufa na atmosfera, com falta de algo concreto na COP-15, o Plano de Ação de Bali segue na busca dos pontos ligados a:

- 1º Mitigação: enquanto os países em desenvolvimento devem adotar ações para diminuir o crescimento das suas emissões, os países desenvolvidos precisam aumentar as suas metas do Protocolo de Quioto;
- 2º Adaptação: preparar os países mais pobres para os efeitos das mudanças climáticas;
- 3º Financiamento: mecanismos para os países desenvolvidos fornecerem recursos para os países em desenvolvimento;
- 4º Tecnologia: proporcionar acesso e transferência a baixo custo entre os países.

Mundo: emissões em equivalentes CO₂ - 2005

Pais/região	Totais (milhões de t)	Per capita (t)
China	8.500	5,7
Estados Unidos	7.100	19,0
União Europeia	4.000	9,0
Indonésia	2.300	10,0
Brasil	2.200	11,0
Rússia	2.100	12,0
Índia	1.300	1,4
Japão	1.300	9,7
Canadá	792	17,0
Austrália	541	18,0
México	524	4,2

Fonte: IPCC

Sustentabilidade

Mecanismos de compensação da emissão de CO₂

COM AS atenções voltadas para Copenhague, 2009 foi um ano de grande relevância para a discussão das questões climáticas e seus impactos para o futuro do planeta. Tais questões estão cada vez mais presentes nas estratégias de investimentos de empresas e fundos financeiros. Prova disso é a inserção de energias renováveis, especialmente de bi-combustíveis, na área de atuação de grandes empresas petrolíferas como a Shell e a British Petroleum.

Artigo publicado na edição de 5 de dezembro da revista *The Economist* analisou os investimentos em energias renováveis nos últimos anos. A matéria ressalta que apesar da crescente preocupação com as questões ambientais trazidas pela Conferência das Partes em Copenhague, desde 2008 os investidores têm se afastado de empreendimentos envolvendo energias renováveis. Com a crise financeira, como os recursos para financiamento ficaram cada vez mais restritos, a implantação de projetos dessa espécie que demandam grandes investimentos e tem prazo de retorno mais alongado ficaram desestimulados. Como consequência, a indústria de equipamentos e maquinário para energias limpas teve sua demanda reduzida no período. Só em 2008 a queda girou entre 55% e 60%.

A escassez de crédito também impôs uma escolha difícil para as empresas que passaram a investir em energias limpas nos últimos anos. Devido à legislação ambiental excessivamente branda, combustíveis fósseis ainda são mais baratos de se obter e vender. Com isso, não fica viável para empresas abandonar seus

negócios nessa área e migrar para combustíveis renováveis. Seria necessário um sinal muito claro de consumidores e dos governos para que isso ocorresse.

Pelo lado dos consumidores, mesmo com a crescente preocupação ambiental

da opinião pública, consumidores ainda não se mostram dispostos a pagar pelos custos extras do consumo sustentável. Exemplo disso é o mercado de orgânicos, que teve grande desenvolvimento nos últimos anos. Mesmo com pagamento de prêmio pelos produtos, pesquisas de marketing revelam que os consumidores optam pelos orgânicos principalmente devido a questões de saúde, e não por razões ambientais ou mesmo sociais.

Outro possível mecanismo que impulsionaria as empresas no campo da energia limpa poderia vir de uma legislação governamental que taxasse as emissões, com a imputação dos custos para consumidores e empresas. O Protocolo de Quioto, assinado em 1997, ao estabelecer

Colocando os Vampiros em Dieta

Atualmente, a maioria dos aparelhos eletrônicos faz uso de conversores de voltagem. Os dispositivos permitem a transformação de altas voltagens em corrente alternada para voltagens menores em corrente contínua utilizada em carregadores de celulares, notebooks, Ipods e outros. Considerando que a maioria desses aparelhos usa correntes bem inferiores às dos eletrodomésticos tradicionais, muitos usuários acreditam que seu consumo de energia seja quase imperceptível no consumo total de suas residências. Isso seria verdade caso a conversão ocorresse sem perdas.

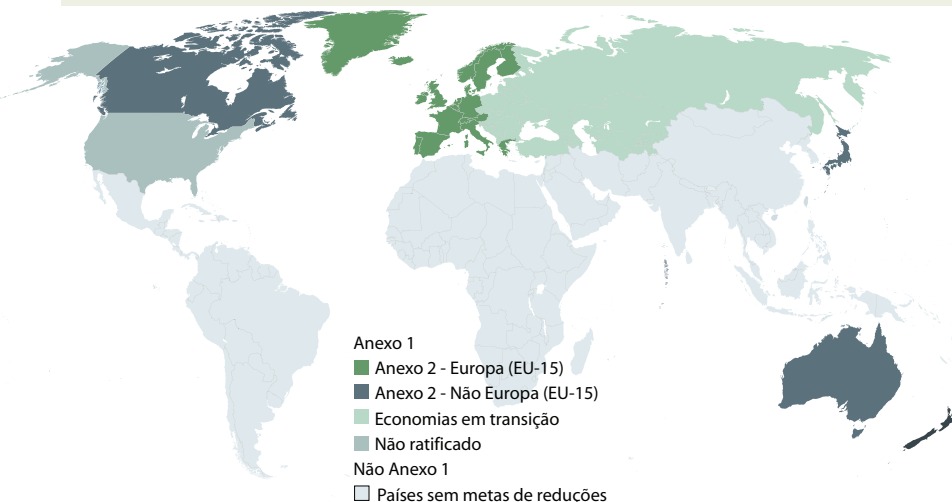
Até recentemente, essa conversão era feita com transformadores de fio de cobre, cujas perdas chegavam a 80%. O desenvolvimento de circuitos integrados permitiu a redução das perdas a 20%, economizando grandes volumes de energia e reduzindo as emissões de carbono envolvidas em sua geração. E isso a um custo 30% superior ao dos dispositivos de cobre.

Contudo, a maioria das empresas não tinha incentivos econômicos para fazer a troca. Sete anos atrás, uma iniciativa do Natural Resources Defense Council, órgão norte-americano que cuida de questões ambientais, e de uma importante consultoria em energia, articulou um acordo entre associações de fabricantes e órgãos do governo para tornar o uso dos dispositivos mais eficientes obrigatórios. O acordo posteriormente se tornou lei e hoje todos os aparelhos vendidos nos EUA devem usar circuitos integrados para conversão. A importância do mercado americano garantiu que a prática fosse rapidamente adotada em outros países.

Como resultado, os consumidores reduziram suas contas de luz e o mundo recebe 13 milhões de toneladas de CO₂ a menos a cada ano. Há ainda muito espaço para ganhos de eficiência em outros aparelhos eletrônicos como televisões LCD, receptores de sinal de TV a cabo e por satélite e carregadores de bateria. Especialistas garantem que existem ainda muitos "vampiros" à solta nas tomadas do mundo.

Fonte: The Economist, 5 de dezembro de 2009

Compradores e Vendedores de Carbono no Protocolo de Quioto



O Protocolo de Quioto foi assinado por 141 países, mas apenas 30 nações mais desenvolvidas se comprometeram a cumprir metas. Veja quais os principais grupos de países e como atuam no mercado de carbono criado pelo tratado:

» **Anexo 1** – inclui os países mais desenvolvidos que assumiram metas de redução.

Este grupo pode ser dividido em dois subgrupos:

- **Anexo 2** – formado pelos países mais desenvolvidos da Europa (EU-15), a Austrália, o Canadá e o Japão. As metas mais ambiciosas de reduções foram assumidas pelos países da EU-15, que se comprometeram em reduzir 8% das emissões entre 2008 e 2012 em relação à linha de base de 1990. Para atingir tais metas esses países compram créditos de outros países.
- **Economias em transição** - inclui os demais países da Europa, como a Rússia e países do leste europeu. Apesar de terem assumido metas, esses países geralmente tem excedentes em seu balanço de emissões e são vendedores de créditos a países do Anexo 2.

» **Não Anexo 1** – países em vias de desenvolvimento que não têm metas de reduções. Nesse grupo se incluíam países da América Latina, África, China, Índia e outras nações da Ásia. Esses países geram créditos MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), também demandados pelos países do Anexo 2.

É interessante ressaltar que os créditos gerados por países do Anexo 1, as chamadas Carbon allowances, são mais valorizados do que aqueles gerados em projetos MDL em países em desenvolvimento. Isso ocorre porque alguns sistemas de Cap-and-Trade, como o da União Europeia, impõem limites ao uso de créditos MDL como forma de suas indústrias cumprirem as metas de redução. Conforme o prazo final para o cumprimento do primeiro período do Protocolo de Quioto se aproxima (2012), a demanda por essas allowances vai crescendo. A busca por certificados russos está cada vez maior e os preços já estão subindo.

As restrições impostas à aceitação de créditos MDL prejudicam a expansão desse mercado nos países em desenvolvimento. Como consequência, os certificados perdem parte de sua liquidez, o que dificulta a obtenção de financiamento para implementação desse tipo de projeto.

metas de emissões para países desenvolvidos, visava a criar incentivos para que os governos estabelecessem políticas que transmitissem sinais de preços para os agentes econômicos. Contudo, a estratégia não se mostrou muito bem-sucedida e as emissões de carbono subiram 20% desde a assinatura do tratado.

Os motivos que explicam a falta de êxito de Quioto são variados. Um primeiro problema é a não participação do principal país emissor, os EUA. Fica muito difícil convencer outras nações a participar e incorrer em custos, quando o principal responsável pelo aquecimento global não impõe qualquer restrição a seus cidadãos e indústrias.

Outra razão é a não inclusão de países emergentes como a China no grupo de países com metas de emissões (ver quadro). Os países do Anexo 1 defendem a entrada de nações em desenvolvimento como a Índia e o Brasil no grupo de países com metas. Este se mostra como um dos principais pontos de discordância entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, amplamente debatidos nas reuniões que antecederam Copenhague.

A falta de punições ao descumprimento das metas também não gerou grandes incentivos para que governos fossem suficientemente firmes com suas indústrias em relação ao uso de energias mais limpas. A possibilidade de comprar créditos de emissões baratos de nações em desenvolvimento pareceu mais atraente aos governantes de países ricos do que a imposição de medidas impopulares e economicamente restritivas.

Enquanto as empresas não receberem sinais claros de consumidores e governantes com relação à necessidade de se reduzir emissões, dificilmente as energias renováveis disputarão espaço com os combustíveis fósseis. Essa desvantagem de custo só pode ser superada por formas de regulação que internalizem os custos de emissões ou por quedas consideráveis na demanda das empresas que não assumam compromissos ambientais. Nenhuma dessas decisões está nas mãos das empresas. ■

Regulação vs Carbon Price: qual a melhor opção?

Com base na citada edição do *The Economist*, a Agroanalysis discute as diversas formas para incentivar as empresas a adotar práticas mais sustentáveis. Enquanto governos preferem mecanismos de regulação por meio de legislações específicas, economistas geralmente defendem mecanismos de mercado que criariam menos distorções.

Estudos revelam que, na presença de certos tipos de falhas de mercado, formas de regulação governamental podem ser bem-sucedidas para coibir práticas nocivas ao ambiente. Exemplo disso estaria no setor de construção civil, em que as empresas não têm incentivos econômicos para adotar tecnologias mais eficientes na construção de seus empreendimentos. O estabelecimento de regras com relação à economia de energia poderia sanar esse problema sem grandes traumas para o setor que, em muitos casos, obteria redução de custos pela adoção de tais práticas.

Ainda assim, economistas defendem que regras como essas não seriam eficientes do ponto de vista alocativo. Por esta óptica, mecanismos de Carbon Price seriam mais vantajosos, pois deixariam as decisões de onde e como reduzir as emissões a cargo de agentes privados. A implementação do Carbon Price pode ser feita por dois mecanismos básicos: taxação sobre o carbono por meio de impostos sobre emissões e os chamados sistemas de Cap-and-Trade. A taxação já vem sendo adotada em vários países como a Noruega, Suécia e, em breve, na França. Apesar de também criar distorções no mercado, o uso da taxação se mostra vantajoso pela sua simplicidade e estabilidade.

Os sistemas de Cap-and-Trade buscam criar um mercado em que o governo estabelece metas para os setores econômicos negociarem a compra e venda das cotas de emissões. As empresas podem comprar permissões para emitir de dentro e de fora do sistema, por meio de certificados MDL e outras formas de crédito geradas nos países em desenvolvimento.

Sistemas de Cap-and-Trade estão sendo adotados em vários países que foram incluídos no chamado Anexo 1 do Protocolo de Quioto (ver quadro). Atualmente, o mais importante é o dos países da União Européia. O chamado European Union's Emissions-Trading Scheme (ETS) começou a funcionar em 2005 e estabelece cota de emissões para cada um dos países membros. O ETS elevou a demanda no mercado mundial de créditos carbono e permitiu a adoção de tecnologias mais sustentáveis nos países

em desenvolvimento. Esta transferência de recursos dos países Anexo 1 para as economias em desenvolvimento é feita por meio de projetos MDL que financiam empreendimentos que reduzam emissões nos países que não fazem parte do Anexo 1.

Um sistema de maior dimensão deve ser criado nos EUA, onde a nova Lei Waxman-Markey, em tramitação no Congresso, prevê a instituição de um mercado para carbono. Da forma como consta no projeto, o sistema americano permitiria a compra de créditos de nações em desenvolvimento que cumprissem certos requisitos, sem necessariamente passar pelo mercado MDL. O Brasil, que devido a sua matriz energética limpa é pouco contemplado nos projetos MDL, é apontado como um potencial fornecedor nesse mercado.

Independente da forma como o preço do carbono é determinado, vale ressaltar que para atingir aos objetivos propostos, o valor do carbono deve ser suficientemente elevado para transmitir às empresas os incentivos necessários para adotar práticas mais sustentáveis. Este valor depende diretamente das metas estabelecidas pelos governos ou organismos que coordenarem estes sistemas de Cap-and-Trade. Quanto maior a meta, maior será a demanda e o preço dos créditos de carbono. E é justamente este preço que servirá de base para calcular a viabilidade de investimentos em tecnologias mais sustentáveis.

Devido aos valores elevados dos investimentos em formas de energia alternativas, como a eólica e a solar, o valor do carbono no sistema europeu ainda está longe de criar condições para transformações profundas na matriz energética. Segundo projeções, o valor do carbono no novo mercado que será criado nos EUA também estaria aquém do necessário para criar os incentivos necessários.

Caso não sejam adotadas metas mais restritivas, os subsídios diretos serão a única forma de incentivar a adoção de tecnologias mais sustentáveis. Além dos subsídios criarem as já mencionadas distorções, eles muitas vezes são concedidos com critérios dúbios do ponto de vista ambiental. Exemplo disso são os subsídios ao etanol de milho nos EUA. Além de contribuir para elevação dos preços de alimentos, esta política protege um produto bem mais nocivo ao meio ambiente do que as alternativas disponíveis, como o etanol de cana-de-açúcar. Nesse caso, o poder de lobby parece mais relevante do que a preocupação ambiental.



17º Fórum Abag

COP-15 e o agronegócio

A Associação Brasileira de Agribusiness realizou no dia 2 de dezembro o seu 17º Fórum, para tratar da COP-15 e do agronegócio. De extrema importância para o setor, a Abag junto com mais 14 entidades coirmãs, lançou o documento da Aliança Brasileira para o Clima, em agosto último, com intensa repercussão na mídia, academia, no governo e nas empresas.

As principais informações apresentadas e analisada durante o evento, foram registradas por *Agronalysis*. São matérias atuais, que mostram os bastidores que cercam a COP-15. O agronegócio nacional mostra condições de atuar com tecnologia e vanguarda, com ações para mitigar as emissões de gases de efeito estufa.



Abertura

Carlo Lovatelli

Por meio do 17º Fórum da Abag, o último de 2009, fechamos a porta deste ano com a chave de ouro, com a presença marcante desta seleta e fiel plateia.

O tema é oportuno, pois o tema é Copenhague e o Agronegócio Brasileiro, aproveitando a realização da 15ª Conferência das Partes (COP-15), que terá a participação de 193 países-membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Climáticas, entre 7 e 18 de dezembro;

Na pauta da COP-15 fazem parte pelo menos três assuntos de interesse para todos nós:

1º Estabelecimento de metas e prazos para a redução de emissões de gases de efeito estufa;

2º Instrumentos de financiamento das ações de combate ao aquecimento global;

3º Mecanismos de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação das Florestas (Redd).

Apesar das incertezas que pairam sobre a COP-15, acreditamos que ao menos um acordo seja alinhado entre os países para o futuro na questão da redução do efeito estufa.

Com a sustentabilidade na agenda de trabalho, a Abag realizou uma série de reuniões para tratar da COP-15. Desses encontros resultou uma iniciativa basicamente pioneira com o lançamento da Aliança Brasileira Para O Clima (ABC), da qual fizeram parte 14 entidades relacionadas ao agronegócio, muitas delas aqui representadas.

A ABC atendeu perfeitamente ao seu propósito. Um documento competente foi elaborado e apresentado para a mídia, o governo e a sociedade em geral. Com matriz energética limpa (mais de 40%), mas imagem negativa vinculada às emissões por desmatamento, o Brasil deve assumir um papel de liderança nesse processo.

Segundo o IPCC, quando se computam os números das queimadas e do desmatamento, que ficaram fora do Protocolo de Quioto, firmado na COP-3, em 1997, o Brasil passa do 17º para o quinto lugar no *ranking* das emissões mundiais, sendo que três quartos das emissões nacionais vêm do desmatamento;

É uma posição incomoda. No comércio internacional, diversas cadeias produtivas do agronegócio nacional estão nos primeiros postos. São naturais as pressões externas aparecerem. Foi dessa situação que nasceu a moratória da soja em 2006, citada agora como uma referência exemplar de negociação pelas mais importantes ONGs do mundo. Sinal dos tempos, quem poderia imaginar isso até recentemente.

Como é uma vitrine importante, em Copenhague aproveitaremos para mostrar o *case* da moratória da soja. É certo que o assunto das mudanças climáticas persistirá e não será esgotado na COP-15. De qualquer forma, precisamos avançar nesta agenda com critérios mais técnicos e científicos. Existe muito chute, com a difusão de informações precárias, mas que, sem contestação, virarão verdades desabonadoras ao Brasil e ao seu agronegócio. É por isso que aprofundaremos as nossas discussões sobre as metodologias mais corretas para calcular a emissão e o sequestro de gases de efeito estufa.

A cada dia somos surpreendidos por novas notícias sobre a COP-15. E isso acontecerá durante o transcorrer do evento. Nas reuniões preparatórias, como a de Barcelona, há três semanas, chegaram a falar na suspensão do encontro para reconvocá-lo depois. Mas, felizmente, parece que o quadro mudou. O Brasil anunciou a sua meta de redução e tivemos agora o compromisso firmado pela China e os Estados Unidos, na mesma linha daquilo que já tinha sido feito pela União Europeia, pelo Japão, pela Rússia e pelo Canadá.

Vamos explorar essas questões aqui resumidas.

Presidente da Abag

Lições de casa

Marcos Sawaya Jank

Parabenizamos a Abag por esse evento clássico e importante para debater o agro-negócio. É fundamental a existência desse espaço. O tema atual hoje, sem dúvida, é o das negociações climáticas.

Trabalhamos junto com a Abag, a Bracelpa, a Abiove e outras entidades, para levar uma posição técnica e avançada para a questão do uso da terra. É um dos temas mais sensíveis das negociações climáticas, por que envolvem a expansão agrícola, o desmatamento, a bioenergia, e as chamadas matrizes energéticas limpas.

Há três anos, esse tema era de ONGs e cientistas. Hoje esta também os governos e os empresários. A Unica esteve nas últimas quatro COPs. A presença brasileira cresceu imensamente. O Brasil tem mais a ganhar do que a perder, com economia de baixo carbono, apesar do desmatamento descontrolado. Precisamos da fiscalização e da definição de direitos de propriedade, principalmente nas florestas, pois a ausência dos direitos é um convite para invasões, grilagens, posses, dentre outras coisas.

Se considerarmos que 46% da energia brasileira são renováveis, enquanto nos países ricos o índice é de 6%, podemos nos credenciar como economia de baixo carbono. Os grandes culpados do passado são os países ricos, desde a Revolução Industrial. Os Estados Unidos e a China respondem juntos por metade das emissões atuais. E os grandes culpados de amanhã serão os países emergentes, que aumentarão suas emissões devido ao desenvolvimento. Todos têm que fazer a sua parte.

A União Europeia, os Estados Unidos e a China propõem reduzir a emissão de toneladas de CO₂, mas as metodologias não batem. Não dá para comparar de maneira simples. E a reunião terá muito política e pouco resultado. Muitos líderes farão belos discursos, e as delegações governamentais serão imensas. A Rodada Doha está aí há dez anos e não sai nem

um acordo pífio, porque os países sentam nas suas posições: ser liberal naquilo que é vantajoso para eles e protecionista naquilo que não é.

Os países fazem domesticamente muita coisa. Na área do etanol, o debate sobre combustível de baixo carbono é intenso. Se os Estados Unidos disserem que o álcool de cana reduz mais emissões que o de milho, isso possibilitaria a entrada do nosso produto no mercado americano. Mesmo que não produza os resultados, Copenhague deixará esse assunto posto, e os países implementarão políticas, com propostas de reduções, definições de combustível de baixo carbono e ações para reduzir o desmatamento. Mudando as formas de tratar a questão energética.

Muitos apóiam a redução do desmatamento na floresta. A soja fez a moratória, e propusemos o chamado zoneamento que proíbe a expansão de cana em qualquer vegetação nativa. Para ser vendido lá fora, o etanol não pode estar vinculado ao desmatamento.

As entidades estão comprometidas, mas falta mais empenho do governo. Não basta anunciar um compromisso. A implementação é complicada sem a definição dos direitos de propriedade, sem as fiscalizações e os serviços ambientais para dar valor às florestas em pé.

Apesar de ter um lado de ameaça para o clima, quando fica vinculada ao desmatamento, a agricultura tem um lado solução na prática conservacionista. O chamado plantio direto, com o carbono retido no solo é realmente fantástico. E há essas novas variedades ligadas à bioenergia, às florestas plantadas.

Se a agricultura resolver o problema e contribuir para que desmatamento caia, o resto é exemplo positivo de economia de baixo carbono. Sairíamos ganhadores desse processo. Isso está por trás das mensagens que a Aliança Brasileira Para o Clima (ABC) leva para a frente.

O Brasil deve assumir liderança nas negociações sobre o clima por causa, principalmente, da sua matriz energética limpa e dos posicionamentos em relação ao desmatamento controlado. A ABC está comprometida com a mitigação de gases de efeito estufa. São opções eficientes e sustentáveis no combate às mudanças do clima: etanol, biodiesel, florestas plantadas, carvão vegetal, etc. A agricultura representa 28% da energia produzida no país.

Não tem cabimento um país com recursos naturais fabulosos, construir térmicas. A óleo combustível e a carvão, inclusive importado.

Em termos das negociações climáticas internacionais, a aliança propõe metas

ambiciosas, bem acima dos atuais 20% de redução. E no caso dos países em desenvolvimento, propomos as chamadas Namas, que são os objetivos mensuráveis, reportáveis e verificáveis (MRVs). O Redd é outra terminologia relacionada com a redução de emissões por desmatamento ou degradação.

Assim, além de mecanismos híbridos que não sejam só por meio do governo, mas também via mercado, propomos discussões sobre as formas de flexibilizar o mecanismo de desenvolvimento ambiental. O Brasil foi um dos criadores desse mecanismo no Protocolo de Quioto: um país pode comprar as emissões de um setor mais limpo. Quando troca uma unidade de energia fóssil por renovável, a China recebe quatro créditos de carbono, enquanto o Brasil somente dois créditos.

O programa brasileiro de etanol, desde os anos 70, reduziu as emissões em 600 milhões de toneladas de CO₂. Isso equivale a 60% do MDL mundial, que não tem tido um grande impacto, porque ser burocrático. O Brasil não ganha nada pela frota flex e uso de mais etanol.

Na bioeletricidade, ganha, mas aparecem problemas metodológicos inacreditáveis. Cada usina tem que entrar lá com um projeto. Deveria haver projetos programáticos, em que todo mundo entrasse e se beneficiasse.

O Brasil precisa transformar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima em política nacional, com envolvimento de vários ministérios. Propomos a construção de uma política em relação, por exemplo, à existência de um sistema de *Cap and Trade*, um comércio de emissões internas no País. Embora seja um grande emissor de gases de efeito estufa, o Brasil é também grande absorvedor, por conta das matrizes energéticas limpas, então dá para criar um palno nacional, que depois possa estar interconectado com o dos outros mercados existentes no mundo.

Parte do que pedimos foi aceito pelo governo nos últimos meses. O assunto ganhou prioridade dos governos federal, estaduais e municipais. Em São Paulo, o município propôs trocar o combustível



fóssil pelo renovável na frota de ônibus municipal. Diferentemente do federal, o estado propôs uma redução de 20%. Que é diferente da redução proposta pelo governo federal. As coisas ficam confusas.

Existe muito desafio. Mesmo na questão técnica do etanol, biodiesel e bioeletrecidade, o País lá atrás migrou para o diesel, veio o álcool, mas depois voltou para a gasolina. Em 2003 a indústria automobilística trouxe o carro *flex*. Daí, lançou o biodiesel, que não se sabe até onde vai. Tem o gás que entrou também na frota, agora aparece o pré-sal, um convite para voltar atrás. Na área de energia elétrica, não se consegue fazer mais hidrelétricas, e optaremos por térmicas sujas. O País tem muito a fazer e ser defensor da economia de baixo carbono. Obrigado.

Presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar

Cenário de meio termo

Rodrigo Lima

Na última reunião preparatória, em Barcelona, no final de novembro, saiu notícia de suspensão da COP-15, para reconvocá-la depois. Veio então a pergunta sobre os riscos do encontro ser outra decepção, como a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, ou vir de fato a construir uma agenda positiva para o futuro?

Com a participação de 193 países, a meta central dessa negociação não é o quanto os países desenvolvidos estão dispostos a se comprometer em termos de redução, após Quioto 2012, segundo período do compromisso. É um cenário de meio-termo, em que a posição dos Estados Unidos é importante.

A União Europeia não pretende dar um passo ambicioso na redução de emissões, sem ter os Estados Unidos nesse barco, do qual saiu de Quioto mas precisa entrar agora. É muito plausível uma solução de



meio do caminho. O texto de negociação é totalmente recheado de questões entre parênteses, que precisam ser debatidas, mas não haverá tempo para aprofundamento em vários detalhes da negociação na reunião de Copenhague.

Dá para desenhar efetivamente, ter definições sobre alguns pontos, como o Redd. Se não tiver os traços iniciais do que seja Redd será difícil avançar. Enfim, alguma coisa das ações apropriadas de mitigação por parte países em desenvolvimento.

A sinalização do Brasil e da China será relevante para que os países desenvolvidos deem um passo um pouco além do que estão dando hoje, assim como algumas definições de vários outros elementos de financiamento, de capacitação, de adaptação, dentro de todo o contexto da negociação.

Há uma expectativa de que o ponto da COP-15 não seja o que se espera, no sentido do mandato de Plano de Ação de Bali, de 2007. Precisar de mais tempo para negociar certos pontos importantes. Isso leva à ideia de uma COP-15 Plus, no meio do próximo ano. Isso é negativo? Existe essa questão da ambição baseada em uma meta de 40% de redução dos países desenvolvidos com base em 1990.

Na preparatória de Barcelona, os países africanos deram uma grande cartada,

quando disseram aos países desenvolvidos “Como não trouxeram números ambiciosos para a mesa, bloquearemos a negociação”.

Aí entrou a discussão sobre se o período de compromisso será de 2013/2020 ou 2013/2018, se a meta será baseada em 1990, 2000 ou 2005. Essas tecnicidades são essenciais para comparar o que os países dizem e farão. Não será fácil resolver tudo isso em Copenhague.

É plausível um acordo intermediário. Os setores, aqui pensando em agronegócio, exigem coordenação e análise desses sistemas de negociação. Se essa reunião será importante, a próxima também será.

Já há um texto de negociação no órgão de acionamento técnico-científico com elementos sobre como as próximas reuniões decidirão determinados pontos ligados à metodologia agrícola.

O governo brasileiro coloca essa responsabilidade no colo do agronegócio, na ajuda para cumprir esse compromisso. Se vamos ajudar a cumprir, e já estamos ajudando a cumprir, precisamos ter essas metodologias reconhecidas no âmbito do Protocolo de Quioto, como o plantio direto.

Um acordo de meio de caminho exigirá muita negociação no primeiro semestre de 2010. Isso será positivo e melhor do que matar o Protocolo de Quioto, como

foi o resultado da reunião de Bangkok. Os países desenvolvidos achavam que uma corrida unilateral por políticas de países e de Estados, em relação à redução de emissões, tornaria o ambiente totalmente desarmônico e perigoso.

Então é mais ou menos isso que se afigura. Na primeira semana tende-se a discutir tecnicamente os vários textos à mesa. A segunda será muito política. Vem o novo o papel dos Estados Unidos. Se for possível chegar ao resultado no meio do caminho será bom, com extensão do mandato do negociador durante o próximo ano. Aí está o papel da agricultura no sentido de entender isso. Obrigado.

Gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

Ações de mitigação

Carlos Clemente Cerri

Falaremos sobre os inventários de emissão de gases existentes, oficiais e não oficiais, e das opções de mitigação para o agronegócio.

Os três principais gases de efeito estufa, que representam 99,7% das emissões do setor da agricultura e pecuária e silvicultura, são: o gás carbônico (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O).

Como as emissões dos setores variam em tipos de gases, a agricultura emite mais CO₂ e N₂O, enquanto a pecuária mais CH₄. Para simplificar os números, esses três gases são transformados em

1 quilo de gás	Equivalentes de CO ₂
CH ₄	23
N ₂ O	296

Às vezes, a ação direta em um determinado gás traz consequências mais imedia-

Brasil: emissão de gás de efeito estufa (GEE)

Causa	1994		2005		Var % (2)/(1)
	CO ₂ (1)	Part %	CO ₂ (2)	Part %	
Conversão de florestas e cerrados	1074	51,9	977	56,3	9,8
Combustão de combustíveis fósseis	347	16,8	236	13,6	47,0
CH ₄	248	12,0	196	11,3	17,8
NO ₂	192	9,3	146	8,4	54,1
Outros	206	10,0	180	10,4	14,4
Total	2067	100,0	1.735	100,0	20,0

(1) e (2) equivalentes em Mt

Distribuição das emissões em 2005 (%)

Sectores	Brasil	Mundo
Energia	16,7	66,5
Processos industriais	1,7	4,3
Agricultura	22,0	13,8
Uso da terra e desmatamento	58,4	12,2
Resíduos	1,2	3,2

Distribuição das emissões no setor agrícola (%)

Subsetor	1994	2005
Solos agrícolas	40,0	41,3
Fermentação entérica	53,3	53,1
Manejo de dejetos	3,8	3,4
Cultivo de arroz	1,6	1,2
Queima de resíduos	1,3	1,0

tas para o ambiente do que o próprio CO₂ que estamos acostumados a relacionar.

Para elaborar um inventário nacional, os países seguem uma rotina de cálculo diferida em seis principais setores: energia, processo industrial, solventes, agropecuária, resíduos e uso da terra e florestas.

Cada um dos setores é composto de sub-setores. No caso da agropecuária, quando se toma o guia do IPC, existem os sub-setores de fermentação entérica (produção de gases do rúmen do animal), queima dos resíduos das culturas, manejo de dejetos, cultivo de arroz e solos agrícolas.

As emissões e remoções de gás de efeito estufa (GEE) pelos solos agrícolas podem

se dar pela decomposição da matéria seca, calagem, animais em pastagem, esterco, fertilizantes sintéticos, fixação biológica, resíduos de colheita, deposição atmosférica, lixiviação e escoamento superficial de nitrogênio.

Para se fazer inventários no âmbito nacional é preciso calcular as emissões líquidas, resultado da diferença entre a emissão total (conversão de florestas em outros usos) e a remoção (abandono de terras manejadas e mudanças nos estoques de floresta plantadas).

Para o Brasil, o IPCC fez o cálculo de remoção no primeiro e único inventário, com dados de 1994, sendo a primeira comunicação publicada em 2004. Recentemente, o Brasil termina o inventário de 2005. Entre os dois, há uma diferença metodológica de incorporar no cálculo algumas reduções ou fixações.

No Brasil, a maior emissão de gases do efeito estufa vem da mudança do uso da terra e do desmatamento, enquanto no mundo decorre da energia

De 1994 até 2005, o maior aumento na emissão foi na agricultura (26,6%), em relação ao total (11,7%) e a mudança do uso da terra e reflorestamento (6,5%).

Quando se faz o cálculo por sub-setor na agricultura, constata-se um aumento maior nos solos agrícolas. A proporção, de modo geral, se mantém, mas a magnitude aumentou. A expansão da pecuária ocupa área desmatada, que é o principal fator da emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera.

É importante frisar que a taxa de emissão reduz-se em função do tempo. Isso



Mitigação na agricultura

1. Substituição do plantio convencional pelo direto na soja					
Plantio	Sequestro	N ₂ O	CH ₄	Máquina	Fixação
Direto	-1,98	0,477	-0,035	0,048	
Convencional		0,315	-0,038	0,141	
Taxas líquidas	-1,98	0,162	0,002	-0,093	1,909
Crescimento da substituição anual: 1,1 milhões de hectares					
Sequestro: de 69 a 277 milhões de t de CO ₂ equivalente					
2. Troca do cultivo de arroz inundado pelo de sequeiro: 25 milhões de t de CO ₂ equivalente					
3. Colheita da cana mecanizada sem queima: de 375 a 579 milhões de t de CO ₂ equivalente					

é um bom sinal. A média caiu de 19 mil quilômetros quadrados para abaixo de 10 mil quilômetros quadrados.

Mas, os outros setores aumentaram. A queima de combustíveis, apesar de termos o etanol e o biodiesel, teve um aumento muito grande. A quantidade de veículos cresce significativamente todo o território nacional. Houve aumento da fermentação entérica pelo aumento do plantel. Hoje, 95% das emissões de N₂O do território brasileiro vêm de solos agrícolas, dos quais 50% da urina de animais.

Há algumas opções de mitigação, com tecnologias disponíveis ou que podemos adotar, seja na agricultura, na bioenergia, na pecuária ou na silvicultura.

Para retirar o gás já emitido para a atmosfera, há o CO₂, por meio da fotossíntese. Falta tecnologia para o CH₄ e o N₂O. O agronegócio sustentável pode fazer isso com muita propriedade.

Na pecuária, as ações passam pela recuperação de pastagem, de confinamento, técnicas de confinamento melhoramento genético e integração lavoura pecuária, dentre outras. No reflorestamento, seja em eucalipto, *pinus* e teca, o potencial da biomassa para a fixação do CO₂ da atmosfera é enorme.

Se bem adequado, com ações de mitigação o agronegócio pode reduzir de 1.612 a 3.916 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera em dez anos.

Na agricultura, existem quatro grandes áreas:

- Plantio direto, com menor revolvimento solo, a oxigenação e as emissões diminuem. Com a decomposição mais lenta da palha na superfície, a entrada de carbono em média de 0,5 tonelada de carbono no solo.
- Cultivo de arroz, com drenagem única no meio da cultura poderá reduzir até 50% da emissão do metano.

Mitigação na bioenergia

1. Etanol de cana: Mt CO₂-eq – de 582 a 1.057
2. Cogeração do bagaço: Mt CO₂-eq – de 153 a 283
3. Biodiesel: Mt CO₂-eq – de 93 a 98

Mitigação na pecuária

Prática	Mt CO ₂ -eq
Manejo e recuperação de pastagens	229 a 458
Controle dos dejetos no confinamento	33 a 86

Mitigação na silvicultura

Pinus e Eucalipto – 705 Mt CO₂-eq

- Colheita da cana mecanizada deixa de queimar 14 toneladas de matéria seca por hectare
- Biocombustíveis, com potencial para reduzir bastante as emissões dos outros setores, como a energia e processos industriais. No caso do biodiesel, são várias culturas que hoje são usadas: soja, girassol, mamona etc. com um futuro promissor para o dendê. No sebo bovino, um animal produz 15 quilos, correspondentes a 12 litros de biodiesel, mas o País utiliza uma fração da sua produção para isso.

Como consideração final, o Brasil precisa, no mínimo, de 10 milhões de hectares novos para os próximos dez anos, para cumprir as necessidades de expansão de soja, milho, algodão e arroz. Necessitamos, também, além do reflorestamento, de área para a expansão da cana-de-açúcar e das oleaginosas para os biocombustíveis.

Talvez um número mais adequado fosse 20 milhões de hectares. Oficialmente, há 78 milhões de hectares de agricultura e 172 milhões de hectares de pastagem no Brasil. Esses 20 milhões podem vir da pecuária, que deve ser intensificada.

Parece uma utopia. Com incentivos suficientes o Brasil atingir essa meta e tirar o foco de ser um país emissor. Obrigado.

Iniciativas nacionais

Paulo Moutinho

O Brasil é o único país no mundo em condições de fazer uma revolução por meio do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, com conservação e proteção do meio ambiente, gerando uma quantidade significativa de alimentos para reduzir a fome no mundo.

A Amazônia tem quase 45% de áreas protegidas, e de diferentes tipos. A legislação brasileira estabelece a reserva legal, e nenhum país do mundo tem isso.

A grande mensagem do Brasil para a sociedade, é a de merecer reconhecimento internacional, pelos seus esforços na redução de emissões.

Em relação às discussões ambientais, houve uma mudança na postura do Brasil, em relação ao passado, que era bem conservadora. Há vários gargalos que restringem a concessão de incentivos para o setor produtivo trabalhar de acordo com a legislação.

A COP-15 é uma oportunidade para mudar a lógica econômica mundial para a “economia de baixo carbono”. Desde o Protocolo de Quioto, em 1997, as negociações não avançam e as emissões sobem.

Além da emissão muito grande até 1990, por queima de combustível fóssil, com uma concentração de 30% a mais de GEEs, especialmente o gás carbônico, comparado a antes da Revolução Industrial, uma parte do problema está no uso da terra. Entre 80% a 85% vêm da queima de combustível fóssil e de 15% e 20% pelo uso da terra, como desmatamento e agricultura.

Responsáveis pelas emissões passadas, os países ricos devem iniciar os processos de mitigação. De 1990 até 2000, as emissões cresceram por volta de 1% ao ano. Entre 2000 e 2009 a taxa passou para 3,4% ao ano.

Em termos históricos, se no passado as nações desenvolvidas foram grandes responsáveis pelas emissões, agora os causadores são as nações em desenvolvimento, principalmente a China e a Índia. De qualquer forma, nas negociações da COP-15 continuará a valer o princípio básico da responsabilidade comum de cada país com relação às mudanças climáticas.

O IPCC aponta para a manutenção dos GEEs por volta de 450 ppms em 2050. A situação atual é de 378. Para evitar uma série de eventos extremos, as reduções terão de ser drásticas, da ordem de 40% a 60%. Alguns do IPCC citam 80% de redução.

Os cenários mais pessimistas trabalham com grandes reduções de chuvas na Amazônia, com implicações severas para a Re-

gião Sul do Brasil. Isso porque os aumentos médios de temperatura, principalmente na região de Manaus, terão efeitos negativos para a Floresta Amazônica cumprir sua função de regador do agronegócio.

Perdas econômicas para o Brasil

- De R\$ 719 bilhões a R\$ 3,6 trilhões até 2050;
- Impactos sobre energia; falta água para alimentar as hidrelétricas;
- Redução da produção no agronegócio: soja [-34% a -30%], milho [-15%] e café [-17% a -18%];
- Perdas na agricultura: R\$ 7,4 bilhões em 2020 e de R\$ 14 bilhões em 2070;
- Fogo florestal na Amazônia em 1998: R\$ 5 bilhões de prejuízos na atividade produtiva e despesas de U\$ 15 milhões por problemas respiratórios da população.

Fonte: Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades
<http://www.economiadoclima.org.br>

No Protocolo de Quioto, as emissões por desmatamento, que ficaram fora da conta naquela época, representavam por volta de 18% a 15%. Com a entrada da discussão do Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) na COP, o Brasil ganhou uma oportunidade de participar com o seu esforço maior de reduzir as emissões.

Para o IPCC, mais de 50% das emissões por desmatamento do mundo estão no Brasil, na Indonésia e um pouco na República Democrática do Congo. Destes países, o Brasil é aquele com melhor condição de desenvolver processos para reduzir as emissões por desmatamento, mas, para isso, precisa ter compensação financeira.

No território brasileiro, existe uma grande quantidade de vapor de água que migra do oceano para o continente. Nesse processo, a região amazônica serve de bomba de água, ao receber a água de chuva e enviá-la à atmosfera, por meio da transpiração das árvores.



Como a combinação de desmatamento e aquecimento global traz mais seca e calor para a região, o fogo nas florestas causa problemas de saúde na população. Estudos do Ipam com o Banco Mundial mostram que 50% desses incêndios são acidentais e ocorrem em áreas que não eram para ser queimadas. Simplesmente não há prevenção, por falta incentivo muitas vezes. De outro lado, essa fumaça interage com as nuvens e reduz a chuva no local.

Enquanto o Cerrado conta com árvores de casca grossa adaptadas ao regime de incêndios, a Floresta Amazônia, sem água até 10 metros no solo, fica mais sujeita a incêndios.

Com o El Niño mais forte e secas severas, mais o desmatamento, o regime pluviométrico é afetado. O fenômeno representa chuva em São Paulo, mas na Amazônia há seca.

Enfim, se não parar o desmatamento, haverá perdas de uma série de benefícios.

Artigo publicado pelo Ipam e a Universidade Federal de Minas Gerais, *The Woods Hole Research Center*, simulou para 2050 a emissão de 32 bilhões de toneladas de carbono. Com relação à biodiversidade, o documento registra ainda que o macaco-aranha, independentemente da floresta, estará à beira de extinção nesse cenário.

A ABC é um sinal para o mundo do desejo de fazer mais do que está fazendo. A vedete de Copenhague é a compensação por redução de desmatamento, junto com o estabelecimento de metas para os países ricos. O Brasil vem em mudança, desde a análise da redução compensada em 2003, na cidade de Milão. Isso se converteu na formulação do Redd, na COP-13, de Bali, relacionados aos pontos de:

- Compensação pelo esforço de reduzir as emissões derivadas de desmatamento e degradação florestal.
- Medição da degradação florestal, que é diferente quando por fogo e por exploração madeireira.

O Redd Plus envolve o manejo sustentável da floresta. O aumento de seu estoque torna uma floresta pobre em rica de carbono.

A conservação florestal é outra questão polêmica na discussão, porque não é uma

ação de redução de emissões. Foi incluído o aflorestamento, quando se planta floresta onde não existia antes. É diferente de reflorestamento.

A taxa de desmatamento por estado na Amazônia, de 2000 até 2009, teve uma redução muito grande. O agronegócio influenciou o processo, até por conta da recente crise. Mas, os movimentos como a moratória da soja e da pecuária, junto com nova postura do mercado, se tornaram de grande importância.

O Brasil estabeleceu como meta de desmatamento 80% de redução até 2020, abaixo de uma média histórica, de 19.500 quilômetros quadrados. O governo precisa de uma solução para a questão do mercado para Redd. Como as doações para acabar com pobreza na África caíram ao longo do tempo, será que o mundo doará dinheiro para o Brasil, oitava economia do mundo, sem ter nada em troca? Portanto, o Redd precisa ter mecanismos de mercado para gerar crédito de carbono e ser sustentável ao longo do tempo,.

Valor da Redução Compensada

1. Redução de desmatamento

- 20.000 km² em dez anos
- 2.000 km² por ano

2. Redução das emissões

- 120 toneladas de carbono por hectare
- 24 milhões de toneladas de carbono por ano

3. Valor da redução

- Preço da tonelada de carbono: US\$ 20,64
- Anual: 14 milhões de tC x US\$ 20,64 = US\$ 495.360 mil

Fonte: Banco Mundial

Para o custo da redução do desmatamento global, as estimativas variam de US\$ 3 bilhões a US\$ 12 bilhões por ano, até 2030. Mas, há estudos que mostram US\$ 70 bilhões por ano. É um desafio ainda grande saber o quanto custa.

Para reduzir 80% do desmatamento na Amazônia até 2020, seriam gastos por ano de US\$ 7 a 18 bilhões. Uma negociação no mercado existente de Redd, de US\$ 70 a US\$ 120 bilhões de dólares em venda de crédito, seria uma diferença bem grande.

O Banco Mundial, em recente estudo, estimou que, para reduzir 20% das emissões até 2020, o Brasil precisaria de US\$ 21 bilhões. A redução ocorrida de 2005 para 2006, pelos seus parâmetros, valeria por volta de US\$ 2 bilhões.

Em 2008, o mercado de carbono no mercado europeu transacionou, inclusive MDL, US\$ 128 bilhões de dólares. Os Estados Unidos debatem no Senado as metas de redução, que, pelos números antecipados pelo presidente Obama, dariam entre US\$ 8 e US\$ 20 bilhões por ano.

Com relação às metas estaduais, Mato Grosso estabeleceu redução de desmatamento e o Acre segue na mesma direção. O Pará tem um decreto e São Paulo tem uma meta. Quando juntamos essas iniciativas surge confusão.

É importante um regime nacional de Redd, com contabilidade, distribuição devedor e credor.

O Ipam e a Aliança da Terra (ONG de produtores de Mato Grosso) desenvolveram o cadastro de compromisso socioambiental, na região das cabeceiras do Xingu. O objetivo é fazer um diagnóstico dos problemas ambientais de cada propriedade, para estabelecer um protocolo de recuperação desses problemas, com monitoramento para dar confiança na compra de produtos pelos fazendeiros. São mais de 100 propriedades envolvidas.

No caso brasileiro, os avanços são importantes ao lançar essa meta, embora haja os problemas de definição. Como mostram indícios diferentes, os estudos podem quebrar o principal argumento que afugenta as negociações no âmbito da COP-15, de que os países ricos não farão mais do que estão fazendo, porque os países em desenvolvimento não querem ter compromisso sério. Obrigada.

Crédito rural

Potencial via cooperativas

Sílvio Giusti*

AS CARACTERÍSTICAS e propósitos das cooperativas de crédito são norteados pelos princípios e valores cooperativistas. Comandadas pelos interesses dos próprios usuários/clientes, esse ramo do cooperativismo se credencia como um dos grandes mecanismos de acesso, distribuição e promoção do crédito rural no Brasil.

As cooperativas surgem daqueles que, de forma comum, têm necessidades semelhantes, compartilham valores e, por meio da mutualidade, geram um processo de esforço, confiança e forte relacionamento, em prol:

- Do atendimento de suas reais necessidades e capacidades
- Da melhoria das suas condições socioeconômicas e de seus cooperadores.

Primeiramente, as cooperativas de crédito se estruturam para avançar no mercado, com avanço dos postos de atendimento cooperativo (PACs) – média de 21 novos por mês – para dezenas de lugares, muitas vezes desassistidos e no interior do País. Em dezembro de 2010, havia 4,7 mil pontos de atendimento (singulares + PACs).

As cooperativas cada vez mais se inserem em locais menos assistidos. Essa evolução é retratada na expansão gradativa dos seus PACs. São estruturas mais enxutas, com produtos e serviços encontrados na sede da cooperativa, a menor custo.

Segundo fator interessante é a evolução das cooperativas de crédito de livre admissão. Em dezembro de 2004, eram três dessas organizações e, em dezembro de 2008, havia 153 cooperativas. Importante ressaltar a presença dessas organizações,

em sua maioria originárias de cooperativas de crédito rural, que abarcam todos os tipos de nicho do mercado.

Como atuam tanto no mercado urbano quanto rural, a cooperativa faz o “balanço” dos recursos. Quando há excedentes, em função da sazonalidade no meio rural, aplica no meio urbano. Quando há a necessidade de aplicação de recursos no meio rural, capta no meio urbano e aplica. Mas sempre dentro de sua área de atuação, beneficiando a comunidade local.

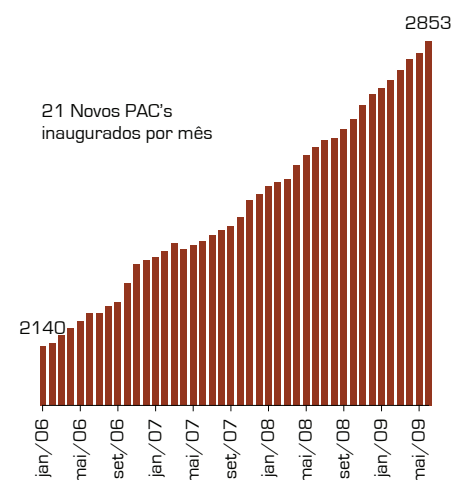
Além das cooperativas de crédito de livre admissão no meio rural, há ainda 368 cooperativas de crédito rural. A estruturação e expansão do cooperativismo de crédito avançam nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Por fim, há a atuação estreita entre cooperativas de crédito rural e as agropecuárias. Isso dá condição de avaliação, planejamento e otimização dos recursos em prol da melhor produtividade e resultados aos cooperados.

Ainda na estruturação e evolução do cooperativismo de crédito, há o recente avanço motivado pela Lei Complementar nº 130, aprovada no dia 17 de abril de 2009, que regulamenta o Artigo 192 da Constituição Federal e dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. A nova lei reforça a condição das cooperativas de crédito como mecanismo de repasse de recursos oficiais para o atendimento de seus associados em seu Artigo 2º, parágrafo 5º: *As cooperativas de crédito, nos termos da legislação específica, poderão ter acesso a recursos oficiais para o financiamento das atividades de seus associados.*

O cooperativismo de crédito, com sua evolução e constantes melhorias nos processos de governança e gestão, se consolida cada vez mais em seu fundamental papel dentro do crédito rural do Brasil, fato que é diariamente capitaneado pelas lideranças e quadro social das cooperativas do ramo e que conta com a força e articulação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o atuante trabalho do seu Conselho Especializado de Crédito (Ceco).

Evolução dos postos de atendimento



Fonte: Bacen

Apoiada pela Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), a OCB atua em ações no Poderes Executivo e Legislativo, com vistas a permitir o acesso das cooperativas de crédito aos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e Fundos Constitucionais (FCO). Isso ampliará o *funding* das cooperativas de crédito, com substancial aumento na oferta de crédito rural. Haverá também melhor *irrigação* desses recursos para os produtores rurais em seus mais diversos rincões, onde se trabalha no campo de sol a sol, à mercê das variações climáticas, mas com a esperança de dias melhores e com a crença de um país mais cooperativo, justo, produtivo, equânime e fraterno. ■

* Analista de crédito da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)



Foto: Acervo Abipres

ESPECIAL

Os caminhos da suinocultura

PANORAMA DA CARNE SUÍNA BRASILEIRA

Marcelo Miele¹
Jurandi Soares Machado²

A carne suína é a fonte de proteína animal mais importante no mundo, com a produção de 100 milhões de toneladas, das quais aproximadamente metade é produzida na China, e o restante na União Europeia (UE), nos Estados Unidos (EUA) e no Brasil, o quarto maior produtor e exportador, com 3% da produção, 11% das exportações e crescente inserção internacional.

O mercado internacional de carne suína movimentou US\$ 11,9 bilhões e 5,4 milhões de toneladas e se concentra em cinco importadores, com aproximadamente dois terços das importações mundiais (Japão, Federação Russa, México, Coreia do Sul e Hong Kong) e cinco exportadores com 96% das exportações mundiais (USDA, 2009). Neste cenário, o desempenho brasileiro na última década é positivo, passando de 4% para 11% das exportações mundiais, com aproximadamente 530 mil toneladas exportadas em 2008, atingindo o faturamento recorde de US\$ 1,4 bilhão em 2008 (Abipecs, 2009). Neste período, as exportações brasileiras cresceram acima da média dos demais competidores, apesar do acirramento da concorrência, do aumento do protecionismo e da incerteza sanitária relacionada ao rebanho bovino, que tiveram impacto restritivo nos volumes exportados em alguns anos.

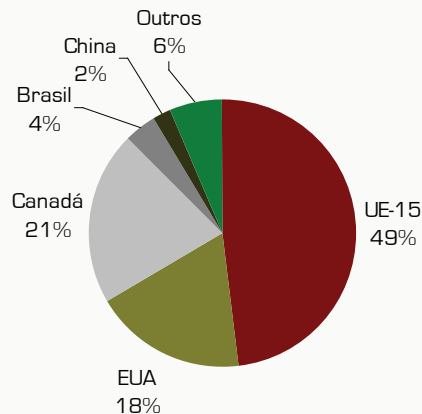
A participação brasileira nos mercados abertos para suas exportações é de 24%, atingindo 65% na Ucrânia e 35% em Hong Kong (Abipecs, 2009). Entretanto, os principais importadores estão fechados para a carne suína *in natura* brasileira em função de restrições sanitárias ao rebanho bovino relacionadas à não erradicação da febre aftosa (Icône, 2004). A perspectiva é que essa situação se altere, havendo um enorme potencial de expansão externa. De um lado, já foram abertos mercados como o Chile, Cingapura e as Filipinas. De outro, as negociações em curso com a UE, o Japão, os EUA, a China e o México apontam para a abertura desses novos mercados, com um potencial para mais do que duplicar os volumes exportados (Abipecs, 2008).

O mercado interno

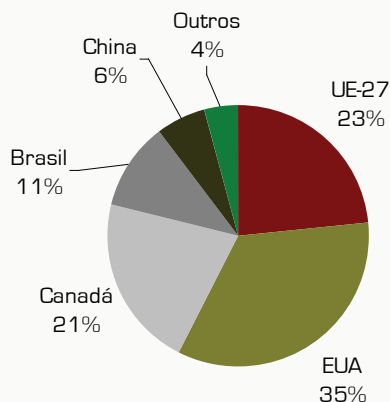
Ao contrário do perfil mundial, o consumo de carne suína no Brasil é inferior ao das carnes de frango e bovina. O consumo ocorre preferencialmente através de produtos processados em detrimento da carne suína *in natura*. Em termos de locais de consumo, 76% das despesas com alimentação do brasileiro ocorrem no domicílio e 24% fora dele em bares, restaurantes, lanchonetes e cozinhas industriais (IBGE, 2007). A partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 (IBGE, 2009), das Estimativas populacionais (IBGE, 2009) e dos preços no varejo (DERAL, IEA, IEPE; 2009), estima-se que o mercado interno de carne suína e seus derivados (produtos processados) tenha sido de US\$ 9,4 bilhões em 2008. Além disso, há uma significativa participação do consumo de carne suína *in natura* suprido por meio da produção própria, que não está contabilizado neste valor.

Principais países exportadores de carne suína e participação de mercado

2000



2009

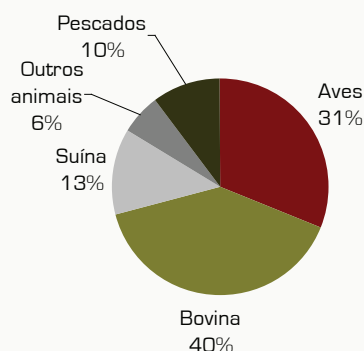
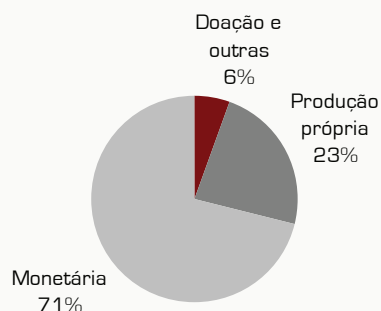


Fonte: Abipecs (2009) e USDA (2009)

“O mercado internacional de carne suína movimentou US\$ 11,9 bilhões e se concentra em cinco importadores com aproximadamente dois terços das importações mundiais”

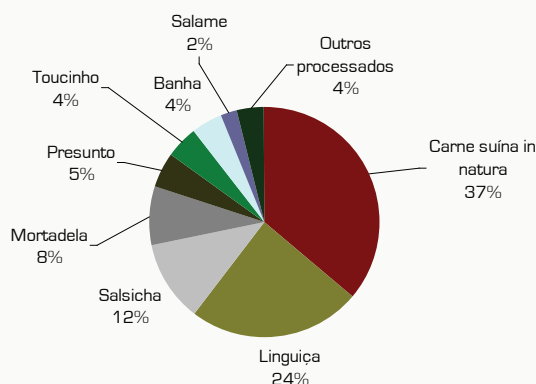
BRASIL

Participação da carne suína na aquisição domiciliar de carnes

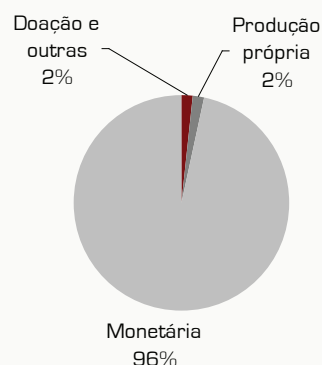
Forma de aquisição da carne suína *in natura*

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002 - 2003 (IBGE, 2007)

Participação na aquisição domiciliar da carne suína por tipo de produto



Forma de aquisição dos produtos processados da carne suína



Características do mercado interno

O mercado interno com mais de 191 milhões de habitantes e o seu dinamismo (em grande parte devido ao aumento dos salários) têm garantido uma sólida base de expansão da cadeia produtiva, sobretudo nos anos de retração da demanda externa. O consumo doméstico tem potencial de crescimento não apenas em função do aumento populacional ou do poder aquisitivo, mas também em função de ações de promoção da carne suína junto a consumidores e redes de varejo, busca de padrões de qualidade, desenvolvimento de cortes especiais e investimentos em linhas de corte e em logística de frio (Abipecs, 2008; ABCS, 2009). Outro fator que pode contribuir para o crescimento do mercado interno é a incorporação pela cadeia produtiva de parcelas do consumo supridas por meio da produção própria, sobretudo na carne *in natura*.

Perfil da produção

Os abates acompanharam a demanda interna e a crescente participação do Brasil no mercado internacional, puxados pela produção sob inspeção federal (SIF), que aumentou sua parti-

cipação para 83% dos abates em 2009. Considerando os abates inspecionados e a produção própria (autoconsumo e subsistência), estima-se que a oferta de carne suína atinja 3,19 milhões de toneladas em 2009. As exportações absorveram em média 19% da produção nos últimos cinco anos, chegando a 29% quando se consideram apenas as empresas com inspeção federal aptas a exportar. A disponibilidade interna de carne suína tem sido determinada em grande parte pelas condições do mercado externo, oscilando entre 11 e 14 kg/habitante/ano.

Estratégias empresariais

Existem dois grupos distintos de empresas e cooperativas que abatem suínos e processam carne suína no Brasil: as líderes de mercado e as organizações que atuam em mercados regionais e locais. A partir dos dados da Pesquisa Industrial 2007 (IBGE, 2009), estima-se que o segmento de abate e processamento gera um Valor Bruto da Produção (VBP) de US\$ 8,7 bilhões (valores atualizados para 2008).

Entre as líderes de mercado predomina a busca por ganhos de escala, a promoção da marca em produtos processados e a

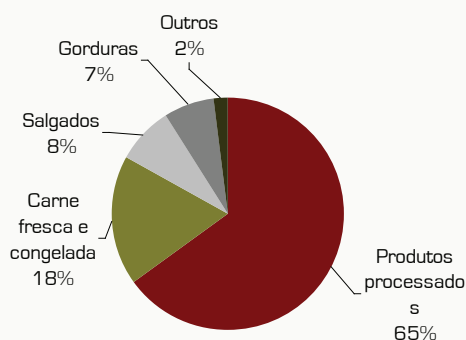
Brasil: abates, produção, exportações e disponibilidade interna

Ano	Abate (milhões de cabeças)			Auto-consumo* e subsistência	Produção (mil t)	Exportações (mil t)	Disponibilidade interna	
	Inspecção Federal	Outras inspeções	Total				(mil t)	(kg/habitante)
2005	22,4	5,3	27,7	6,4	2.708	625	2.083	11,6
2006	23,1	6,8	29,9	6,6	2.943	528	2.415	13,3
2007	24,4	6,6	31,0	5,8	2.998	607	2.391	13,0
2008	26,1	5,8	31,9	5,9	3.026	529	2.497	13,2
2009	28,1	5,7	33,8	5,6	3.190	590	2.600	13,6

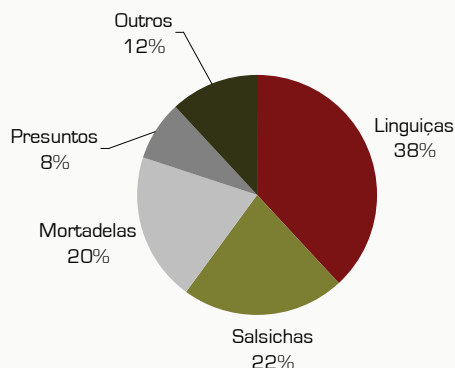
Fonte: MAPA (2009) e Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS) Abipecs e Embrapa
* Considerou-se o autoconsumo equivalente a 2,5% da suinocultura industrial

Brasil: mix de produtos entre as empresas líderes (2008)

Todos os produtos



Produtos processados



Fonte: Abipecs

“Estima-se que o segmento de abate e processamento gere um Valor Bruto da Produção (VBP) de US\$ 8,7 bilhões”

integração da produção. São organizações de grande porte, com mais de uma unidade industrial (multiplantas) e abrangência internacional. Esta ocorre não apenas mediante as exportações, mas a partir de investimentos produtivos e centros de distribuição em países importadores. A maioria é diversificada, também atuando no segmento de carne de frango (geralmente seu principal produto), laticínios, carne bovina e alimentos processados. Na gama de produtos destas organizações predominam os processados em detrimento da carne fresca e congelada.

Do ponto de vista da extensão vertical das estratégias verifica-se o controle da produção de insumos (fábricas de ração e genética) e a integração dos estabelecimentos suinícolas por meio de contratos, com a coordenação da cadeia produtiva. Essa forma de inserção da atividade pecuária é denominada no Brasil de integração, sistema no qual as agroindústrias fornecem ração, genética, logística e assistência técnica.

A integração predomina na Região Sul, mas está crescendo nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Um outro traço desse segmento é a contínua expansão por meio de fusões e aquisições, com destaque para o ano de 2009. As duas empresas líderes de mercado formaram uma nova empresa que passou a representar 28% dos abates e 39% das exportações, se consolidando em uma das líderes mundiais em alimentos. Além disso, a quinta empresa em volume de abates foi adquirida por uma do segmento de carne bovina em expansão para suínos e aves.

As organizações de menor escala, voltadas a nichos de mercado, apresentam grande diversidade de formas e estratégias. São micro, pequenas e médias empresas e cooperativas, agroindústrias familiares e outras experiências associativas. Essas organizações têm uma abrangência local (dentro do município e seu entorno) ou regional (dentro do estado ou seu entorno).

Há grande heterogeneidade em termos de diversificação para outros segmentos da produção animal e na extensão da gama de produtos. Entretanto, destaca-se que têm importante papel na oferta de carne suína *in natura*, sobretudo porque se constituem em canais de comercialização mais curtos, próximos dos pontos de venda e consumo (ABCS, 2009).

Do ponto de vista da verticalização também há grande diversidade, envolvendo desde suinocultores de grande porte que passaram a abater seus animais, passando por iniciativas associativas

Brasil: rebanho suíno, alojamento de matrizes e produtividade

Ano	Rebanho (mil cabeças)	Alojamento de matrizes (mil cabeças)			Produtividade das matrizes *
		Industrial	Subsistência	Total	
2005	34.064	1.406	937	2.343	20,2
2006	35.174	1.471	917	2.388	20,9
2007	35.945	1.476	887	2.362	21,6
2008	36.864	1.526	895	2.422	21,4
2009	37.260	1.578	870	2.448	22,0

Fonte: PPM-IBGE (2009) e Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS) Abipecs e Embrapa

* Apenas para a suinocultura industrial, medida em terminados/matriz/ano.

Tipologia dos suinocultores

Descrição		Matrizes alojadas	Oferta de suínos	Forma de comercialização	
Empresarial e patronal (42%)		Suinocultura industrial tecnificada	64%	88%	Produção independente e integrada
Familiar (58%)	Em transição para patronal				Maior parte integrados a cooperativas e agroindústrias
	Capitalizados				
	Descapitalizados	Suinocultura de subsistência	36%	12%	Prevalece a produção independente
	Subsistência ou exclusão				Autoconsumo

Fonte: elaborado pelos autores a partir da tipologia proposta por Costabeber e Caporal para a agricultura brasileira

Características regionais predominantes entre os suinocultores no Brasil

Região	Alojamento de matrizes (tecnificada)	Escala	Forma de comercialização	Sistema de produção	Alojamento (cabeças)
Sul	958 mil (60%)	Pequena	Mercado <i>spot</i>	CC	< 50 matrizes
		Média	Integração ou cooperativa	UPL + UT	350 matrizes e 500 suínos em terminação
		Grande	Mercado <i>spot</i> ou contrato	CC	> 500 matrizes
			Integração	UPL + UT	1.000 matrizes e 2.000 suínos em terminação
Sudeste	310 mil (20%)	Média	Mercado <i>spot</i>	CC	< 150 matrizes
			Integração ou cooperativa	UPL + UT	350 matrizes e 500 suínos em terminação
		Grande	Mercado <i>spot</i> ou contrato	CC	> 1.500 matrizes
Centro-Oeste	199 mil (13%)	Média	Mercado <i>spot</i>	CC	< 150 matrizes
		Grande	Mercado <i>spot</i> ou contrato	CC	> 1.000 matrizes
			Integração ou cooperativa	UPL + UT	2.500 matrizes e 4.000 suínos em terminação
Demais	112 mil (7%)	Nd	Mercado <i>spot</i>	CC	Nd

Fonte: levantamento realizado pela Embrapa e Conab(2009) para estimativa dos custos de produção

CC = Ciclo completo. UPL = Unidades produtoras de leitões. UT = Unidades de crescimento e terminação.

de coordenação da cadeia de suprimento (assimilando práticas da integração), até a compra de animais no mercado *spot*.

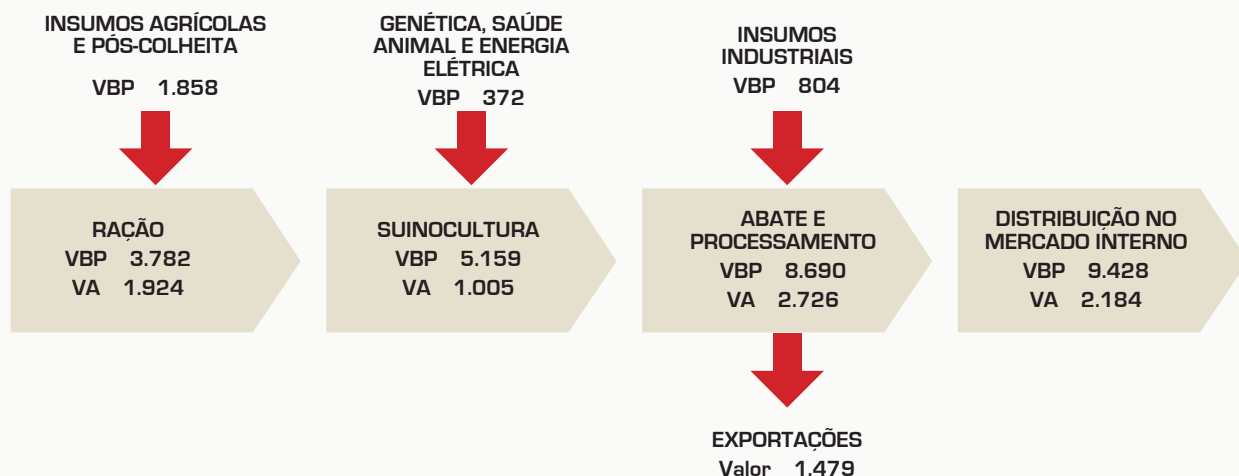
Alojamento de matrizes e produtividade

A suinocultura brasileira pode ser subdividida entre industrial (tecnificada) e de subsistência, com a presepça de produtores familiares, patronais e empresariais. O alojamento de matrizes

na suinocultura industrial e a sua produtividade têm crescido de forma constante desde 2004. Este crescimento ocorreu nas principais regiões produtoras e se concentrou nos alojamentos ligados às integrações ou às cooperativas, em detrimento do mercado *spot*.

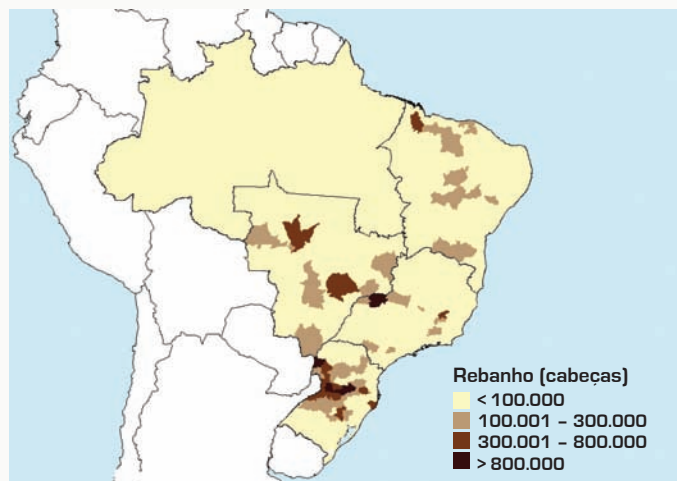
A suinocultura industrial vem aumentando sua participação na produção de carne suína. De outro lado, estima-se que o re-

Cadeia de valor da carne suína em 2008 (R\$ milhões)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de Abipecs (2009); CNA (2009); DERAL (2009); IEA-SP (2009); IEPE-UFRGS (2009); Embrapa e Conab (2009); Conab (2009); PIA-IBGE (2009) e POF-IBGE (2007).

Distribuição geográfica da suinocultura



Fonte: Abipecs (2008), IBGE (2007; 2008)

banho de subsistência venha decrescendo anualmente, perdendo espaço na suinocultura brasileira.

Suinocultura industrial

A suinocultura industrial engloba uma grande diversidade de produtores (familiares, patronais e empresariais) e está localizada em diferentes regiões. Um traço comum a toda essa diversidade são as profundas transformações organizacionais e tecnológicas da última década. Até meados dos anos 1990, predominava a produção em ciclo completo (CC), onde o mesmo estabelecimento desenvolve todas as etapas de produção do animal. Verifica-se desde então um processo de mudança, com a segregação da produção em múltiplos sítios, em unidades pro-

duzoras de leitões (UPL) e unidades de crescimento e terminação (UT).

Essa tendência à especialização nas etapas do processo produtivo ocorreu em todo o País, mas se dá de forma mais intensa entre as integrações na Região Sul. Concomitantemente ao processo de especialização, ocorreu o aumento de escala, com o aumento da produção e a redução no número de estabelecimentos suinícolas (Icepa, 2006).

Associados a essas mudanças organizacionais, ocorreram avanços tecnológicos em genética, sanidade, nutrição, instalações, manejo e bem-estar animal, com aumento da eficiência técnica (conversão alimentar e produtividade das matrizes) e da qualidade dos animais entregues ao abate (rendimento de carne magra de carcaça). Em 2008 o VBP da suinocultura foi de US\$ 5,2 bilhões (CNA, 2009).

Em termos de diferenças regionais, destaca-se que a escala de produção na Região Sul é inferior à das demais regiões, com grande participação de agricultores familiares integrados a empresas e cooperativas agroindustriais. Predomina a produção segregada em múltiplos sítios e especialização na atividade, com pouca produção de grãos.

Mais recentemente verifica-se uma diversificação para a bovinocultura de leite. Na Região Sudeste predomina o sistema em CC não integrado (mercado *spot*), mas aumentou a participação de granjas integradas, com produção segregada, ligadas à expansão das agroindústrias líderes.

Por fim, o Centro-Oeste é uma das principais regiões de expansão da fronteira agrícola no mundo. A suinocultura é uma atividade geralmente desenvolvida por produtores de grãos patronais ou empresariais que passaram a diversificar suas atividades e explorar ganhos de escala. Predomina o mercado *spot* e contratos de compra e venda (*supply contracts*), mas avançam as integrações a partir da instalação das agroindústrias líderes.

Cadeia de valor da carne suína

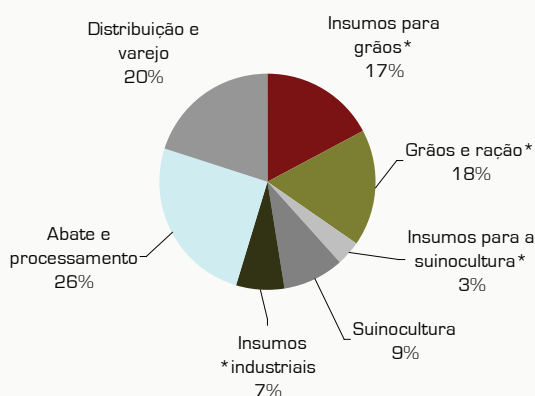
Uma infinidade de atores e atividades giram em torno da suinocultura, desde o produtor de grãos e as fábricas de rações, passando pelas agroindústrias de abate e processamento, até o segmento de distribuição (atacado e varejo) e o consumidor final. Essas atividades e seus respectivos encadeamentos produtivos contribuíram decisivamente para o crescimento das regiões onde estão situados os principais polos suínos no Brasil.

O Produto Interno Bruto da cadeia produtiva da carne suína foi de US\$ 10,9 bilhões em 2008, que corresponde à soma dos bens de consumo final no mercado interno e das exportações. Esse valor representou 3% do PIB do agronegócio e 1% do PIB brasileiro (Cepea, 2009).

Na figura a seguir é apresentada uma estimativa para o VBP e o Valor Agregado (VA) nos segmentos que compõem a cadeia produtiva da carne suína, no ano de 2008. Apesar do elevado volume de negócios na venda de suínos (VBP), 91% do VA da cadeia produtiva são apropriados a montante (38%) ou a jusante (53%) da suinocultura.

Deve-se considerar que uma parcela do VA a montante da suinocultura é apropriada por aqueles suinocultores que produzem o próprio grão ou fabricam a própria ração. Além disso, todo VA com rações produzidas pelas integradoras é apropriado pelas agroindústrias do segmento de abate e processamento.

Participação dos segmentos da cadeia produtiva no PIB da carne suína



* Corresponde ao VBP destes segmentos, ou seja, inclui todo o VA a montante.
Fonte: Abipecs

O Produto Interno Bruto da cadeia produtiva da carne suína foi de US\$ 10,9 bilhões em 2008, que corresponde à soma dos bens de consumo final no mercado interno e das exportações. O valor representou 3% do PIB do agronegócio e 1% do PIB brasileiro (Cepea, 2009).

Na figura a seguir, é mostrada uma estimativa para o VBP e o Valor Agregado (VA) nos segmentos que compõem a cadeia produtiva da carne suína, no ano de 2008. Apesar do elevado volume de negócios na venda de suínos (VBP), 91% do VA da

“Ocorreram avanços tecnológicos em genética, sanidade, nutrição, instalações, manejo e bem-estar animal, com aumento da eficiência técnica”



cadeia produtiva é apropriado a montante (38%) ou a jusante (53%) da suinocultura.

Deve-se considerar que uma parcela do VA a montante da suinocultura é apropriada por aqueles suinocultores que produzem o próprio grão ou fabricam a própria ração. Além disso, todo VA com rações produzidas pelas integradoras é apropriado pelas agroindústrias do segmento de abate e processamento.

A partir dos dados da Pesquisa Industrial 2007 (IBGE, 2009), do levantamento de coeficientes técnicos de produção (Embrapa e Conab, 2009) e das Novas Estimativas do Modelo de Geração de Empregos (BNDES, 2009) estima-se que a cadeia produtiva seja responsável por 634,7 mil empregos.

Geração de empregos

Tipo	Segmento da cadeia produtiva	Empregos/ ocupados
Diretos	Suinocultura industrial*	46.545
	Suinocultura de subsistência*	52.490
	Agroindústrias de abate e processamento	73.905
	Total diretos	172.940
Indiretos		271.815
Efeito-renda		189.966
Total		634.721

Fonte: elaborado pelos autores a partir de PIA-IBGE (2009); Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS) Abipecs e Embrapa; levantamento realizado pela Embrapa e Conab (2009) para estimativa dos custos de produção; BNDES (2009). * Apenas ocupados na granja suinícola, não inclui outras atividades relacionadas à suinocultura desenvolvidas no estabelecimento rural. Estas ocupações estão contabilizadas nos empregos indiretos.

Fontes de informação

- ABCS. **Carne suína: a conquista do mercado interno**. Brasília: ABCS, mar. 2009. 34p. Abipecs. **Estatísticas**. Disponível em: < <http://www.abipecs.org.br> >. Acesso em 17 jul. 2009.
- Abipecs. **Relatório ABIPECS 2008**. Disponível em: < <http://www.abipecs.org.br> >. Acesso em 17 jul. 2009.
- BNDES. **Modelo de geração de emprego: metodologia e resultados**. Rio de Janeiro: BNDES. Textos para discussão, 72, out. 1999. 62p. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> >. Acesso em 25 set. 2009.
- BNDES. **Novas estimativas do modelo de geração de empregos do BNDES**. Não publicado. 2009. Planilha eletrônica.
- Cepea. **Valores do PIB do agronegócio brasileiro, 1994 a 2008**. Disponível em: < <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib> >. Acesso em: 28 out. 2009.
- CNA. **Indicadores Rurais**. Disponível em: < <http://www.cna.org.br> >. Acesso em: 16 jul. 2009.
- Conab. **Central de informações agropecuárias**. Custo de produção de grãos. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br> >. Acesso em 10 jul. 2009.
- Deral-PR. **Preços médios nominais mensais de varejo no Paraná**. Disponível em: < <http://www.seab.pr.gov.br> >. Acesso em 08 out. 2009.
- Embrapa e Conab. **Custos de produção de suínos**. Disponível em: < <http://www.cnpsa.embrapa.br> >. Acesso em 10 jul. 2009.
- IBGE. **Contagem da População 2007**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 09 set. 2009.
- IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 09 set. 2009.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Perfil das despesas no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 23 out. 2009.
- IBGE. **Pesquisa Industrial 2007**. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 26, n.1, p.1-198. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 09 set. 2009.
- IBGE-SP. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 09 set. 2009.
- IBGE. **Pesquisa trimestral do Abate de Animais**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 09 out. 2009.
- Icepa. **Indicadores da evolução do setor agrícola catarinense - dados preliminares**. Grupo de limpeza do LAC, agroindicadores. Disponível em: < <http://cepa.epagri.sc.gov.br/> >. Acesso em: 30 mar. 2006.
- Icône. **O impacto das barreiras sanitárias nas exportações brasileiras de carne in natura**. São Paulo: ICONE, 2004. 19 p.
- IEA-SP. **Banco de dados**. Disponível em: < <http://www.iea.sp.br> >. Acesso em 08 out. 2009.
- Iepe-UFRGS. **Índice de Preços ao Consumidor (IPC-IEPE)**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/iepebanco> >. Acesso em 08 out. 2009.
- MAPA. **SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br> >. Acesso em 28 out. 2009.
- USDA. **Foreign Agricultural Service**. Disponível em: < <http://www.fas.usda.gov> >. Acesso em 17 jul. 2009.

BEM-ESTAR ANIMAL: QUALIDADE ÉTICA DA CARNE

Charli Ludtke*

Os primeiros princípios sobre bem-estar animal começaram a ser estudados em 1965 por um comitê formado por pesquisadores do Reino Unido, denominado Comitê Brambell, iniciando-se, assim, um estudo mais aprofundado sobre conceitos e definições de bem-estar animal. Esse Comitê constituiu uma resposta à pressão da população, indignada com os maus-tratos a que os animais eram submetidos em sistemas de confinamento, relatados no livro *Animal Machines (Máquinas Animais)*, publicado pela jornalista inglesa Ruth Harrison em 1964.

O sistema intensivo de produção de animais teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando houve grande escassez de alimentos na Europa e o modelo de produção industrial em larga escala atingiu todos os setores da economia, inclusive o pecuário.

O que é?

A primeira definição elaborada sobre bem-estar pelo Comitê foi: “Bem-estar é um termo amplo que inclui tanto o estado físico quanto o mental do animal. Por isso, qualquer tentativa para avaliar o bem-estar animal deve levar em conta a evidência científica existente relativa aos sentimentos dos animais. Esta evidência deverá descrever e compreender a estrutura, função e formas comportamentais que expressam o que o animal sente.” Essa definição, pela primeira vez na história, fez uma referência aos sentimentos dos animais.

Posteriormente, surgiram várias definições sobre bem-estar, como a de Barry O. Hughes em 1976: “É um estado de completa saúde física e mental, em que o animal está em harmonia com o ambiente que o rodeia”. No entanto, a definição mais utilizada é a de Donald M. Broom e John I. Jhonson publicada em 1993: “O estado de um indivíduo durante suas tentativas de se ajustar ao ambiente”. Nesta definição, bem-estar significa “estado” ou “qualidade de vida”, que pode variar entre muito bom e muito ruim. Um animal pode não conseguir, apesar de várias tentativas, ajustar-se ao ambiente e, portanto, terá um bem-estar ruim; por exemplo, um suíno com hipertermia por não conseguir se adaptar a um ambiente com alta temperatura e umidade.

Para avaliar o bem-estar dos animais é necessário que sejam mensuradas diferentes variáveis que interferem na vida dos animais. Para isso, o Comitê Brambell desenvolveu o conceito das Cinco Liberdades, que foram aprimoradas pelo Farm Animal Welfare Council – Fawc (Conselho de Bem-estar na Produção Animal) do Reino Unido e têm sido adotadas mundialmente.

As Cinco Liberdades são:

- Livres de sede, fome e má-nutrição;
- Livres de desconforto;

1. Pesquisador da Embrapa Suínos e Aves (marcelo@cnpsa.embrapa.br)

2. Diretor de mercado interno da Abipecs (jurandi@abipecs.org.br)

- Livres de dor, injúria e doença;
- Livres para expressar seu comportamento normal;
- Livres de medo e *diestresse*¹.

Diestresse¹: Estresse negativo, intenso, ao qual o suíno não consegue se adaptar, tornando-se causa de sofrimento.

O bem-estar do animal é o resultado do somatório de cada liberdade mensurada, para avaliar de forma abrangente todos os fatores que interferem na qualidade de vida do animal. É crescente a preocupação dos consumidores com a forma como os animais são criados, transportados e abatidos, pressionando as agroindústrias ao desafio de um novo paradigma: **trate com cuidado**, por respeitar a capacidade de sentir dos animais (sensibilidade), melhorando não só a qualidade intrínseca dos produtos de origem animal, mas também a qualidade ética.

Os princípios básicos que devem ser observados para atender à qualidade ética no manejo pré-abate são:

- Métodos de manejo pré-abate e instalações que reduzam o estresse;
- Equipe treinada e capacitada, comprometida, atenta e cuidadosa no manejo dos suínos;
- Equipamentos apropriados, devidamente ajustados à espécie e situação a serem utilizadas e com manutenção periódica;
- Processo eficaz de insensibilização que induza à imediata perda da consciência e sensibilidade, de modo que não haja recuperação, e consequentemente, não haja sofrimento até a morte do animal.

Abate sem dor

100% dos animais devem permanecer insensibilizados até que ocorra a morte, ocasionada durante a sangria. A insensibilização ocorre tão rapidamente que o animal não tem tempo de sentir dor (interpretar o estímulo doloroso).

Suínos - são conduzidos a área de insensibilização e imobilizados para a aplicação dos eletrodos na região das têmporas. A corrente elétrica de 1,3 ampère irá passar dos eletrodos ao cérebro interrompendo a atividade cerebral. Com isso, o suíno torna-se inconsciente.

Aves - insensibilização elétrica - são penduradas pelas pernas em ganchos e mergulhadas numa cuba com água eletrificada. Quando a cabeça da ave mergulha na água a corrente elétrica de 105 a 120 miliampères passa pelo cérebro interrompendo a atividade normal. É a corrente que insensibiliza as aves, para logo após serem sangradas e depenadas.

Bovinos- Insensibilização mecânica

Pistola de dardo cativo penetrante - uma pistola é posicionada para a cabeça do animal (cérebro). O dardo cativo é disparado, perfura o crânio do animal e lesa o cérebro, tornando-o inconsciente. **Pistola de dardo cativo não penetrante** - o procedimento é muito semelhante, no entanto, o dardo não penetra no cérebro do animal, somente ocasiona um impacto no crânio

que irá causar a perda da consciência e dos reflexos, de modo semelhante a um nocaute.

Abate Humanitário

A preocupação Sociedade Mundial de Proteção Animal- WSPA é que todos os animais sejam abatidos de forma humanitária e que os padrões de qualidade ética da carne, que incluem o bem-estar dos animais desde a criação até o abate, sejam estabelecidos. Para isso, o Programa Steps promove práticas no manejo que minimizam o estresse e sofrimento dos animais, e métodos de monitoramento da insensibilização mais eficazes.

Tendo em vista a necessidade de melhorar o manejo pré-abate, a WSPA iniciou os treinamentos do Programa Nacional de Abate Humanitário – Steps nos frigoríficos brasileiros em julho de 2009 em cooperação com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA e as associações União Brasileira de Avicultura- UBA, Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos – Abef, Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína- Abef.

A WPPA e a empresa de consultoria inglesa Animal-i elaboraram todo o material didático (manuais e DVDs) a ser utilizado no Programa Nacional de Abate Humanitário. Para adequar o programa à realidade brasileira, vários frigoríficos foram visitados e avaliados quanto às boas práticas de manejo pré-abate e abate. Algumas plantas frigoríficas foram selecionadas para a realização das gravações dos DVDs e servir de exemplo a ser seguido.



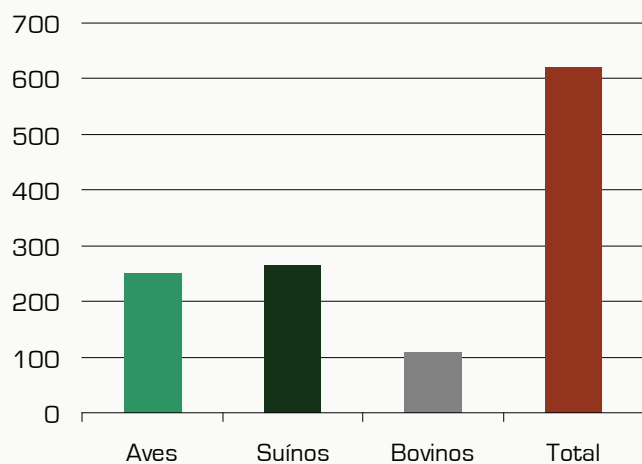
O projeto piloto iniciou-se em julho de 2009 em Santa Catarina, abrangendo posteriormente o Paraná, o Rio Grande do Sul e São Paulo. A adesão dos frigoríficos ao Programa Steps é voluntária. Cada frigorífico que aderir ao programa receberá treinamento específico de acordo com os problemas de bem-estar enfrentados na indústria, além do fornecimento de material de apoio, incluindo manuais e DVDs que serão utilizados para a formação de mais multiplicadores nos frigoríficos, e com isso ter um alcance muito maior na melhoria do manejo dos animais.

No final de 2009 a equipe de instrutores de bem-estar animal da WSPA totalizou o treinamento de 66 frigoríficos em Santa Catarina, com mais de 621 profissionais treinados que estão retransmitindo as práticas aprendidas aos seus funcionários que manejam diretamente bovinos, suínos e aves.

A grande repercussão do Programa Steps em Santa Catarina, com resultados satisfatórios, irá influenciar os próximos estados que receberão os treinamentos no País.

O sucesso do Programa Steps no Brasil se deve à grande experiência das equipes de treinadores que levam aos participantes informações atualizadas sobre o bem-estar animal no manejo pré-abate, passadas de forma simples e objetiva, com excelente material didático autoexplicativo. De acordo com Charlí Ludtke (coordenadora do programa Steps), mudanças já estão ocorrendo em muitos frigoríficos que implantaram o programa: redução da mortalidade, de lesões, contusões nos animais e melhora na eficiência da insensibilização, assim como a diminuição dos defeitos de qualidade da carne provocados pelo estresse. Muitos dos pequenos frigoríficos que não tinham equipamentos para insensibilizar os animais, após o treinamento, adquiriram.

Santa Catarina: número de profissionais de frigoríficos (aves, bovinos e suínos) que receberam treinamento no ano de 2009



Fonte: Sociedade Mundial de Proteção Animal



Segundo o depoimento do diretor-geral de um frigorífico federal, “em mais de 40 anos de agroindústria, eu nunca vi e nem ouvi falar em bem-estar animal. Esta é a primeira vez que ouço e que presencio um treinamento tão interessante que nem se vê as horas passarem, até me assustei quando disseram que já era hora de ir embora pra casa. Os assuntos abordados foram passados de forma bem simples e clara para que todos entendam. Todo treinamento nos faz crescer profissionalmente. Este, particularmente, tem me despertado em muitos pontos para firmar a convicção da importância do abate humanitário e bem-estar animal na produção. Muito obrigado pela ajuda da WSPA para as melhorias acontecerem no que diz respeito ao bem-estar animal. Obrigado de coração!”

Novos mercados

A produção mundial de carnes está próxima de 280.000 mil toneladas, e é consumida por uma população de 6.700.000.000 de habitantes. Se toda a população mundial consumisse carne daria uma média de 42 kg/habitante/ano, e de pelo menos 120 g de carne por dia. Para atender à demanda são criados e abatidos para consumo próximo a 62 bilhões de animais, dos quais 85% são aves. Somente o Brasil abate perto de 40 milhões de bovinos, 35 milhões de suínos e 5,5 bilhões de aves. São números gigantes, e que estão aumentando.

O Brasil busca novos mercados para exportar e vem atendendo aos diversos padrões de qualidade sanitária, nutricional e organoléptica (cor, sabor, odor e textura). “Agora é a vez de valorizar a qualidade ética da carne, que inclui o bem-estar dos animais, a sustentabilidade e os comprometimento com o meio ambiente. O mercado europeu sempre priorizou o atendimento dessas questões pelo Brasil. No entanto, o Brasil nunca foi habilitado para vender carne suína à Comunidade Europeia, somente para carne bovina e de aves. Em outubro de 2009 re-

cebemos uma equipe de auditores europeus, sendo pelo menos um integrante da equipe especialista em auditar o cumprimento dos critérios de bem-estar animal. Com isso, a cooperação que firmamos com a WSPA em setembro, na qual treinamos a maioria dos profissionais do frigorífico Aurora, permitiu termos excelente avaliação nos requisitos de bem-estar animal. Durante os treinamentos, a equipe da WSPA nos aconselhou a fazer algumas modificações nas instalações e repassar o treinamento às equipes que manejam diretamente os suínos. Implantamos o Programa Steps e realizamos as modificações, e isso nos permitiu melhorar o fluxo dos animais no abate e reduzir as perdas econômicas ocasionadas pelo manejo incorreto por parte dos funcionários. Agora estamos aguardando o relatório final da Comunidade Europeia e otimistas para habilitar a exportação da carne suína para a Europa”, diz Eliana Bodanese, assessora técnica corporativa da Cooperativa Aurora.

De acordo com Andrea Parrilla, fiscal federal da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA “nos últimos anos tem se evidenciado uma demanda crescente, de diversos países e mesmo blocos de países, por produtos de animais criados com bem-estar. O preço que o consumidor final paga pode ser um pouco mais alto, mas ele está mais consciente e mais exigente sobre a forma como os animais destinados ao alimento são criados. O Programa Steps vem ao encontro dessa demanda, considerando também a legislação brasileira, as diretrizes da OIE, as legislações europeias e o movimento global que existe hoje em relação ao bem-estar animal”.

Paralelamente ao Steps, a WSPA também vem desenvolvendo o trabalho político com as comissões do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para atualizar as instruções normativas relativas ao bem-estar dos animais de produção, assim como buscando o reconhecimento do Programa Steps via World Organisation for Animal Health (OIE). Além de ser lançado no Brasil, que é um dos maiores produtores de animais no mundo, o Steps também influencia de forma positiva outras nações da América Latina para aprimorar o manejo dos animais.

Com o Programa de Abate Humanitário também estamos trabalhando na conscientização dos consumidores de carne para comprar apenas produtos que respeitem o bem-estar animal, com responsabilidade social e ambiental, ocasionando um impacto positivo diretamente nas condições de milhões de animais e demonstrando que bem-estar animal é uma tendência irreversível, afirma Charli Ludtke.

Carne suína sem estresse

Um manejo pré-abate estressante pode influenciar negativamente na qualidade da carne, devido às alterações fisiológicas que os suínos podem sofrer e manifestar após o abate. As reações induzidas pelos fatores estressantes no manejo pré-abate podem interferir diretamente na capacidade da carne reter água e alterar a coloração e pH, resultando em um forte impacto econômico no rendimento e na qualidade de produtos derivados.

O manejo pré-abate expõe os suínos a vários agentes estressantes entre os quais: citam-se a mudança de ambiente, jejum, transporte, a mistura de lotes e os métodos de manejo no frigorífico.

Em situações de longos períodos de estresse, o suíno pode gastar a reserva de energia no músculo (glicogênio muscular) que tem antes do abate, o que leva à menor produção de ácido láctico na carne, favorecendo o desenvolvimento bacteriano, e dando um aspecto desagradável à carne suína, que se apresenta escura, dura e seca, também conhecida como carne DFD (*dark, firm, dry*).

Já em suínos submetidos ao estresse de curta duração logo antes do abate, os efeitos são menores, pois a condução ao lugar de espera pelo abate de modo mais agradável acelera a maioria das reações metabólicas do animal, resultando em aumento da temperatura corporal e acúmulo de ácido láctico, o que leva a rápida queda do pH da carne, desnaturação das proteínas e o aparecimento de carne com característica pálida, mole e exsudativa (que não retém água), também conhecida como PSE (*pale, soft, exsudativa*).

* Médica-veterinária e gerente de Animais de Produção da Sociedade Mundial de Proteção Animal

Ranking dos 10 maiores produtores mundiais de carne

Países	Produção de carne em 2007 (t)	Participação na produção de carne em 2007 (%)	Produção de carne per capita em 2007 (kg/pessoa/ano)	Total de carne exportada em 2006 (t)	Participação na produção de carne exportada em 2006 (%)
China	90.577.183	31,7	68,2	1.146.272	1,4
Estados Unidos	41.809.367	14,6	136,7	4.596.195	11,2
Brasil	20.081.500	7,0	104,7	5.475.192	27,4
Alemanha	7.052.835	2,5	85,4	1.973.178	28,0
Índia	6.322.150	2,2	5,4	505.251	8,3
Rússia	5.601.760	2,0	39,3	33.826	0,7
México	5.572.250	2,0	52,3	111.111	2,1
Espanha	5.362.070	1,9	121,1	985.743	18,6
Argentina	4.438.590	1,6	112,3	663.717	15,1

Fonte: FAO

Defensivos agrícolas

Substituir componentes nas formulações

Luiz Carlos S. Ferreira Lima¹
Roberto Faria de Sant'Anna Jr.²

Histórico

Os componentes de defensivos agrícolas, entendidos como os ingredientes inertes, e os aditivos, não eram registrados isoladamente pelo órgão federal registrante porque não havia um procedimento definido para isso na redação original do Decreto 98.816/90. Entendia-se, àquela época, que, ao registrar uma formulação do defensivo registravam-se, também, os componentes que o compõe. E isso se justifica porque todos os dados sobre eficácia (agronômica) e segurança (ambiental e referente à saúde humana) são gerados para os agrotóxicos e afins, que já contém, em si, todos os seus componentes (matérias-primas, ingredientes inertes e aditivos).

Todavia, com a publicação do Decreto 3.694, de 21 de dezembro de 2000, e do Decreto 3.828, de 31 de maio de 2001, que acrescentaram artigos ao Decreto 98.816/90, foi criado o procedimento de registro isolado de componentes. Tal registro isolado de componentes não encontra situação similar nas regulamentações americana, alemã, francesa, inglesa, canadense e japonesa, dentre outras. Esse fato foi amplamente enfatizado pela Andef nas discussões que teve com o governo anteriormente à edição dos decretos citados no parágrafo anterior. Esses decretos criaram uma figura *sui generis* na legislação brasileira, qual seja, a da exigência de registro de produto pelo seu usuário, e não pelo seu fabricante ou importador.

Produtos como medicamentos para uso humano, medicamentos veterinários, alimentos processados, bebidas, produtos domissanitários, bem como agrotóxicos e afins, entre outros, são re-

gistrados pelos seus fabricantes ou importadores, não se exigindo aos usuários desses produtos quaisquer obrigações quanto ao seu registro.

Para ser mais específico, não se exige, por exemplo, do produtor de hortaliças que registre herbicidas, fungicidas e inseticidas utilizados na condução de sua lavoura, assim como não se exige da população em geral, usuária de medicamentos, alimentos processados etc. que registre esses produtos, dos quais são simplesmente usuários. De outra parte, esse procedimento exigiu que cada empresa produtora de produtos técnicos e agrotóxicos e afins (formulações) solicitasse o registro dos componentes que utilizava, gerando uma multiplicidade de registros para um mesmo componente, o que congestionou os órgãos responsáveis pela avaliação.

O Decreto 4.074/02, que revogou expressamente os Decretos 98.816/90, 3.694/00 e 3.828/01, tratou do registro de componentes na “Seção III - Do Registro dos Componentes” do “Capítulo III - DOS REGISTROS”. Em 22 de setembro de 2005, foi publicado o Decreto 5.549, alterando o Decreto 4.074/02, na Seção II - Do Registro dos Componentes. Ocorre que, apesar das determinações legais, os órgãos federais não avaliaram os pleitos de registro de componentes, em função do grande volume de processos envolvidos. Isso obrigou a uma prorrogação do prazo para regularização desse procedimento, mas ainda não o suficiente para que o governo terminasse as análises dos processos em seu poder. Nos dias de hoje, decorridos quase nove anos, a situação permanece inalterada, sem solução.

Esse problema já havia sido identificado pelo próprio Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA) em reunião de 15 de maio de 2003, onde foram aprovadas as sugestões encaminhadas pelo Ibama. Vale destacar parte das justificativas: “Após discussões aprofundadas entre os técnicos da Coasq/Diliq, com o objetivo de agilizar a avaliação dos componentes para fins de registro, estamos propondo, com o respaldo de experiências internacionais, que seja alterada a redação de alguns artigos e parágrafos do Decreto nº 4074 de 4 de janeiro de 2002.” (...).

“Na Avaliação do Potencial de Periculosidade Ambiental das Formulações, são automaticamente avaliados os parâmetros ambientais e ecotoxicológicos dos componentes envolvidos em sua composição, uma vez que os mesmos fazem parte da composição quali-quantitativa do agrotóxico, sendo apresentadas, como exigência do Ibama, as quantidades, a descrição e função de cada componente.” (...).

“O registro dos componentes conforme anteriormente proposto, implicaria em problemas mercadológicos, quais sejam, compromisso de aquisição exclusiva de fornecedores pré-estabelecidos, necessidade de anuência prévia para importação, o que poderia acarretar congestionamento na Alfândega. A decisão de registrar os componentes juntamente com a respectiva formulação não afetaria, de maneira alguma, a segurança e a qualidade da Avaliação do Potencial de Periculosidade Ambiental dos agrotóxicos.”

A proposta do Ibama era de considerar registrados os componentes (inertes e adi-

tivos) juntamente com o registro do produto formulado, com a inscrição desses componentes no Sistema de Informações de Componentes (SIC), instituído sob a forma de banco de dados. Com isso, seriam atendidas as diretrizes e exigências estabelecidas pelo órgão federal da saúde e implementadas e mantidas pelos órgãos federais responsáveis pelos setores da agricultura, saúde e meio ambiente. Lamentavelmente, essa proposta do Ibama não foi atendida, o que nos levou à situação atual.

Proposta

Após nove anos, entendemos que o modelo atual não funciona. É necessária, portanto, sua alteração com a maior celeridade possível, para garantir o conhecimento e a segurança das formulações produzidas e utilizadas no País. Nesse sentido, a proposta é se utilizar a experiência e a prática dos países desenvolvidos, notadamente os EUA e o Canadá, que adotam listagens de componentes com base no conhecimento que se tem desses produtos.

Os componentes, inertes e aditivos, seriam classificados em: Classe I - Máxima Preocupação Toxicológica; Classe II - Média Preocupação Toxicológica e; Classe III - Baixa Preocupação Toxicológica. O enquadramento de um componente utilizaria como base os produtos já inscritos e classificados no SIC.

A inclusão de componentes no SIC passaria a ocorrer sempre que o registrante de uma formulação fosse utilizar um componente ainda não inscrito/registrado no SIC. Nesse caso, a empresa interessada faria o pleito para inclusão do novo componente no sistema. Não haveria, assim, necessidade de outras empresas titulares de registro de formulação em registrar componentes já contidos no SIC, evitando-se, portanto, a multiplicidade de registros de um mesmo componente.

Alteração de componentes nas formulações

Muito embora o registro isolado de componentes venha sendo regulamentado desde final de 2000, não se previu e regulamentou as alterações desses componen-

tes nas formulações. Esse assunto remonta à realização da Rio 92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, quando a ONU propôs a criação de um Sistema Global Harmonizado de Rotulagem para as substâncias químicas - GHS. Esse sistema está sendo gradativamente implementado em todo o mundo e tem produzido uma série de mudanças na rotulagem das substâncias químicas, com reflexos na composição das formulações dos defensivos agrícolas, pois muitas substâncias terão sua produção descontinuada ou restrita.

O processo de formulação de defensivos agrícolas está em contínua evolução, sempre buscando formas de melhorar a eficácia agrônoma e a segurança ao homem e ao meio ambiente, além de redução de custos para os agricultores e garantia de suprimento adequado ao mercado. Devido a isso, pequenas alterações em componentes de formulações são práticas comuns no mercado global, seguindo regras internacionais. Mecanismos claros, que permitam essas alterações sem que ocorram paralisações no processo produtivo e não cheguem a provocar desabastecimento de importantes produtos para a safra agrícola, devem ser implementados com urgência no Brasil, aliados a uma resposta mais rápida do governo sobre os pleitos realizados.

O Decreto 4.074/02, apesar de prever alterações de componentes na formulação, não estabelece nenhum procedimento para tanto. Os órgãos federais responsáveis pelo registro também não editaram nenhuma norma sobre o assunto.

Há, portanto, necessidade de que novos procedimentos sejam elaborados para agilizar o registro de componentes e tornar viáveis alterações em formulações que visem melhoria no desempenho, sem afetar as características de segurança para a saúde humana e ambiental.

Proposta

Os componentes das formulações são alterados pelas seguintes razões:

1. Necessidade de substituição por razões de segurança: troca por outro mais

adequado, mantendo-se as mesmas características do anterior ou similares;

2. Inviabilidade do componente: um componente pode tornar-se indisponível devido a falhas em seu suprimento, interrupção de sua produção, falta de matérias-primas, por exemplo;

3. Alterações no desempenho: melhorias na formulação (redução na formação de espuma, menos pó, melhoria na molhabilidade, aderência, estabilidade, compatibilidade etc.).

Podem ocorrer dois tipos de alterações nos componentes de uma formulação:

A) Pequenas alterações:

Alteração de formulação por:	Alteração nominal máxima permitida
Substituição de componente por outro de mesmo grupo químico.	25% relativa ou, 2,5% absoluta (o que for maior)
Substituição de componente por outro novo (com mesma função), com classificação toxicológica ou ambiental igual ou melhor.	25% relativa ou, 2,5% absoluta (o que for maior)
Adição de um novo componente em função de qsp (quantidade suficiente para).	2,5% absoluta

Nesses casos, a empresa requerente poderá fazer a alteração pretendida após protocolo da informação no órgão competente;

B) Para alterações de componentes da formulação em valores acima daqueles expressos no item A:

Nesses casos, a empresa requerente somente poderá realizar as alterações após aprovação do MAPA (contendo as manifestações da Anvisa e do Ibama), o que deverá ocorrer no prazo de 120 dias, conforme o Decreto 4.074/02. Deve-se entender que tais formulações já se encontram no mercado e, portanto, necessitam de urgência para análise, para não causar desabastecimento. ■

1. Engenheiro agrônomo e consultor técnico - Andef

2. Advogado e consultor jurídico - Andef

Canal de distribuição

Responsabilidade socioambiental

Henrique Mazotini*

LEVANDO EM conta que estamos em 2010, quando encerra a primeira década do século, já podemos eleger o tema responsabilidade socioambiental, como um dos mais empregados e difundidos da época, na composição do trio da “sustentabilidade”, junto com a economia.

O iminente colapso do planeta, tanto na questão ambiental quanto pela escassez de recursos naturais e alimento, trouxe ao Poder Público, empresas privadas e terceiro setor o mesmo direcionamento, o que resultou na mobilização por políticas de respeito ao meio ambiente e às pessoas.

No canal de distribuição de insumos agrícolas não foi diferente. Aliás, a sua preocupação com a sustentabilidade vai muito além de *marketing* social. É prioridade de sobrevivência do negócio, de fato. A fiscalização da atividade passa por oito ministérios, enquanto a legislação, vasta e onerosa, possui normativas para uso, comercialização, armazenagem e transporte de defensivos agrícolas, considerados produtos perigosos.

Um exemplo de coordenação e empenho do canal de distribuição quanto à questão ambiental fica evidente, por exemplo, na contribuição que presta à cadeia produtiva, por meio de incentivos para a devolução das embalagens vazias de defensivos agrícolas, assim como o seu recebimento, de forma a evitar que entrem em contato com as pessoas e a natureza.

Depois de utilizadas, as embalagens devem ser devolvidas pelos proprietários rurais no prazo de até um ano. Indicado na nota fiscal, o local de entrega, chamado comumente de posto ou cen-

tral de recebimento, é financiado por grupos de revendas, que formam associações regionais.

Por fim, as embalagens são recolhidas nas revendas e o InpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) cabe lhes dar o destino final. O programa é referência mundial na retirada de embalagens do meio ambiente e combate à poluição ambiental.

Também na área social, a presença da revenda é substancial. Como estão localizadas principalmente em cidades rurais, cuja fonte de renda é proveniente da agricultura e pecuária, basicamente, a desigualdade e carência são características presentes e frequentes.

Na verdade, como as necessidades da comunidade fazem parte da sua realidade, o canal de distribuição desenvolve algum tipo de projeto voltado em relação ao cui-

As revendas organizam visitas e realizam diversos trabalhos junto ao agricultor, principalmente para conscientização do uso do equipamento de proteção individual (EPI) para preservação da saúde. Na escola, as crianças aprendem a importância de orientar os pais e a cobrar dos mais velhos a preservação do meio ambiente.

As diversas ações socioambientais das revendas são anualmente saudadas no Prêmio Mérito Fitossanitárias, um evento de premiação da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal), que destaca os principais trabalhos da cadeia produtiva neste sentido. Em 2009, o prêmio de revenda destacou ficou com três de nossas associadas: Juagro (BA), que realiza um excelente trabalho em prol da segurança do homem do campo; a Agro Amazônia (MT), que possui amplos e estruturados projetos, com foco principal na responsabilidade ambiental; e a Agroquima (GO), com um brilhante projeto realizado nas escolas.

Para este ano, que se inicia sem o receio de crise, a intenção de grande parte dos associados é manter e até ampliar suas ações socioambientais, pois ao final, sabem que é grande a responsabilidade e importância de suas ações para as áreas rurais dos mais longínquos municípios brasileiros. ■

* Presidente executivo da Andav.
E-mail: andav@andav.com.br



Roberto Motta (Agro Amazônia), Mariuzan Carrijo (Agroquima) e Cleyton Freire de Carvalho (Juagro), ao lado de Henrique Mazotini (Andav), recebendo o Prêmio Mérito Fitossanitário de 2009

Diário de bordo

Feliz 2011!



Roberto Rodrigues*

BOA PARTE dos analistas agrícolas prevê um 2010 com dificuldades para os produtores rurais brasileiros, e esta expectativa se baseia em cinco questões: a primeira é a forte valorização do real ante o dólar, o que já vem inibindo a competitividade de vários de nossos melhores produtos, como a carne; o segundo é a possibilidade de queda dos preços de *commodities* em função de recordes de produção mundial, como é o caso da soja; o terceiro é a especulação, que já vem afetando dramaticamente alguns produtos, especialmente o café.

Um quarto tema é ligado a um efeito da crise financeira de 2008, a redução do consumo de produtos, como o suco de laranja.

Mas há um quinto elemento sobre o qual não há manifestação, mas que no Brasil tem muita importância: 2010 será um ano eleitoral.

Ora, como pode a eleição afetar a atividade rural?

Simples: a maioria esmagadora dos eleitores brasileiros é urbana. Portanto, há uma tendência natural de que as plataformas sejam voltadas ao interesse dessa maioria. Isso implica, por exemplo, alimentos baratos. E isso significa que não se deve esperar muito em favor da renda dos produtores rurais. A única possibilidade oposta seria a escassez de produtos, o que não ocorrerá. E, com o câmbio pre-

judicando severamente as exportações, o mercado interno torna-se prioridade e a oferta cresce mais que a demanda. Sem proteção como o seguro ou preços mínimos, o produtor estará entregue à própria sorte, ou ao próprio azar.

Ademais, temas verdadeiramente importantes, mas também simpáticos à opinião pública em geral, como a segurança alimentar e a defesa do meio ambiente podem ser usados contra os interesses legítimos dos agricultores, como bandeiras eleitorais em discursos fáceis e nem sempre consistentes.

E tudo isso embrulhado no perfil eminentemente urbano dos candidatos postos até agora.

Portanto, o ano eleitoral poderá ser um adicional de periculosidade para o câmbio, para o excesso de oferta, para o rescaldo da crise financeira e para a especulação gananciosa dos mercados. Poderá ser!

Mas também poderá não ser, e isto depende fundamentalmente da capacidade dos produtores rurais, por meio de seus principais órgãos de representação, de se organizar para levar aos candidatos e à sociedade um sólido programa de governo que considere exatamente os temas apontados. Só uma agropecuária forte será capaz de garantir a segurança alimentar do povo brasileiro, com excedentes exportáveis que mitiguem a fome no resto do mundo, e de maneira sustentável, protegendo nossos recursos naturais.

Temos todos os elementos para produzir um programa dessa natureza. Porém, o mais importante não é fazê-lo, é convencer a sociedade de seu valor e da sua importância. Só assim os candidatos o abraçarão.

Está na hora de cuidar disso porque, caso contrário, 2010 será tão difícil que só nos restará desejar um feliz 2011. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Início do ano exige cautela



Cesário Ramalho da Silva*

O PREJUÍZO à competitividade do agronegócio em razão do câmbio apreciado mais a superprodução mundial de algumas culturas, com destaque para a soja, e as naturais indefinições políticas dos mercados em ano de eleições vão exigir cautela do produtor rural em 2010.

O real excessivamente valorizado ante o dólar encarece o produto brasileiro no exterior, dilapidando a renda do produtor rural. Em estudo divulgado no final do ano passado, a Sociedade Rural Brasileira mostrou que o real tinha obtido uma valorização superior a 30% em 2009. O euro, por sua vez, tinha registrado uma valorização próxima a 8% em relação à moeda norte-americana. A análise revelou também que o exportador brasileiro de soja, por exemplo, teve uma queda de rentabilidade de 24%.

O fato é que o câmbio torna-se muito importante para o desempenho das exportações e da economia brasileira porque, nas questões estruturais, as coisas estão péssimas, especialmente, na infraestrutura logística. Isso sem contar outros entraves, como a carga tributária asfixiante, que infla o chamado Custo Brasil. Com tudo isso, a conta simplesmente não fecha para o produtor.

Na parte da produção, caso se concretize a estimativa de uma supersafra mundial de soja (Brasil, Argentina e Estados Unidos), as cotações da oleaginosa se de-

teriorarão na Bolsa de Chicago, deixando o horizonte ainda mais nebuloso.

Avalio que o sojicultor terá prejuízo na safra 2009/10. Em março, quando o produtor for vender a soja, ela deverá estar valendo por volta de R\$ 31 a saca, usando como referência o preço médio de dezembro do ano passado. Hoje, o hectare de soja custa ao produtor R\$ 1,6 mil, ou seja, para equiparar com a produção seria necessário que ele vendesse cerca de 40 sacas, cada uma valendo R\$ 40 e isso não irá acontecer.

Esse cenário de perda de receita poderá impactar negativamente também no endividamento rural. Sem ter como pagar, o produtor vai ter de renegociar a dívida mais uma vez. O produtor está cansado disso. O Brasil precisa, com urgência, de uma política de Estado para a agricultura, que proteja o segmento. Massificar o seguro rural é um investimento mais inteligente do que anualmente ter de ficar lidando com a dívida agrícola.

Se não bastassem os desafios estruturais e conjunturais, 2010 é ano de eleições, situação que por si só provoca certo nervosismo, engaveta projetos, põe todos na defensiva, desenhando um quadro que pede prudência. É natural.

Falaremos muito sobre eleições no nosso encontro mensal. Como recado inicial, é importante que o produtor conheça os candidatos de sua região, que tenham identidade com o setor rural. Para viabilizarmos políticas públicas favoráveis ao agronegócio, precisamos eleger representantes competentes e ligados à agricultura e à pecuária. Sem qualquer vínculo partidário, a Sociedade Rural Brasileira defende a bandeira do produto rural nacional.

Ao longo de três anos, fizemos deste espaço um painel de críticas e principalmente de propostas para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, impulsionado pelo agro. Com base neste material, iremos preparar um documento com o pensamento da SRB sobre o futuro do setor, que entregaremos aos candidatos. Convidamos o caro leitor a colaborar. ■

Opinião

As cidades nos conhecem?



João Sampaio*

AS PERSPECTIVAS e oportunidades para 2010 se apresentam melhores. Pelos números apurados no agronegócio, comparados ao quadro pessimista que se desenhara em outubro de 2008, auge da crise econômica mundial, 2009 foi além das expectativas. Alguns setores obtiveram bons preços internacionais, caso do açúcar e de madeiras. O câmbio castigou outros de forma dolorosa, particularmente, café, citros, grãos e carnes. A renda do produtor ficou prejudicada, entretanto nos superamos e oferecemos ao consumidor produtos de qualidade a preços competitivos.

Apesar da constante superação do agronegócio, a sociedade eminentemente urbana não nos percebe. O último censo do IBGE aponta que 81% dos brasileiros vivem nas zonas urbanas e só 19% em áreas rurais. Claro que essa leitura soa simplista, uma vez que boa parte dos produtores vive em pequenas cidades do interior. Mesmo assim, as metrópoles e as regiões metropolitanas concentram o grosso da população.

Mesmo com sucessivos recortes de exportação e garantia de *superavits* para a balança comercial brasileira, internacionalização e competitividade das empresas do setor e de 37% dos empregos gerados no País virem do agronegócio, a maioria da população desconhece o que fazemos no campo. Entramos na casa de todos,

diariamente, e permanecemos distantes. A imagem é de um grupo de “reclamações” aos olhos da sociedade e das classes políticas. Essa incompreensão deve ser debilitada também em nossa conta.

O nosso reconhecimento como um dos setores responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico do País apenas virá se as entidades que representam os produtores forem conhecidas e respeitadas além das fronteiras do segmento. Para isso, nossa ação política é fundamental. Em 2010, teremos eleições para presidente da República, governadores e a escolha dos nossos parlamentares. Não podemos fingir que não há nada a ver com a gente. Nas assembleias legislativas e no Congresso ocorrem debates e decisões sobre assuntos que interferem na nossa produção diretamente. Agora mesmo, estão sendo discutidas a reforma do Código Florestal e questões tributárias relevantes. Contar com representantes do setor depende de nossa organização.

Além disso, o conteúdo programático para agropecuária dos candidatos a cargos executivos deve ser exigido pela classe produtora, não podemos ser mais um item indefinido no emaranhado de tratativas, mas temos de ser “o” capítulo. Cobrar posicionamentos daqueles que pretendem ser os mandatários do País é nossa função. A mudança de imagem do campo para toda a sociedade passa pela nossa interferência e representatividade política.

Da mesma forma que acredito ser informação o maior ativo do produtor rural, também creio que investir na imagem do setor e na formação da opinião pública se configura como nosso maior desafio. Para 2010, vale repetir, considerando que alguém de fora do agronegócio leia este artigo, que além de todas as outras barreiras que enfrentamos - falta de política de crédito moderna e seguro rural popular, problemas com infraestrutura e logística precárias, tributação e legislação ambiental exacerbadas -, também teremos de nos comunicar melhor. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo